

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS



ROSILENE COSTA PEREIRA

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTAS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS A PARTIR DAS SÉRIES “BASTIDORES” E “ATLÂNTICO VERMELHO” DA ARTISTA PLÁSTICA ROSANA PAULINO.

SÃO LUÍS

2023

ROSILENE COSTA PEREIRA



POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTAS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS A PARTIR DAS SÉRIES “BASTIDORES” E “ATLÂNTICO VERMELHO” DA ARTISTA PLÁSTICA ROSANA PAULINO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de conclusão de curso.

Orientador: Prof. Dr.º Marcelo Pagliosa.

SÃO LUÍS

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira, Rosilene Costa.

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTAS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS A PARTIR DAS SÉRIES BASTIDORES E ATLÂNTICO VERMELHO DA ARTISTA PLÁSTICA ROSANA PAULINO / Rosilene Costa Pereira. - 2023.

86 f.

Orientador(a): Marcelo Pagliosa Carvalho.

Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros,
Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão UFMA São Luís, 2023.

1. Educação antirracista. 2. Escravidão. 3. Racismo.
4. Série Atlântico Vermelho. 5. Série Bastidores. I.
Pagliosa Carvalho, Marcelo. II. Título.

ROSILENE COSTA PEREIRA

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PROPOSTAS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS A PARTIR DAS SÉRIES “BASTIDORES” E “ATLÂNTICO VERMELHO” DA ARTISTA PLÁSTICA ROSANA PAULINO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de conclusão de curso.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Pagliosa Carvalho

Orientador

Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos

1º Examinador

Profª Me. Maria Da Guia Viana

2º Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão curso ao meu pai Arnaldo Almeida Pereira (*in memoriam*), meu maior incentivador desde o início e que sempre deixou a minha trajetória mais leve e mais feliz.



AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À minha sobrinha Rafaela Pereira Sá por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Ao professor Marcelo Pagliosa Carvalho, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e profissionalismo se tornando uma fonte de inspiração.

Aos professores Rosenverck Estrela Santos e Maria Da Guia Viana pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso e por serem fontes de inspiração para todos nós.

À secretária do curso, Eliana Ribeiro da Silva, que me incentivou e teve um impacto extremamente positivo na minha formação acadêmica.

Ao curso licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

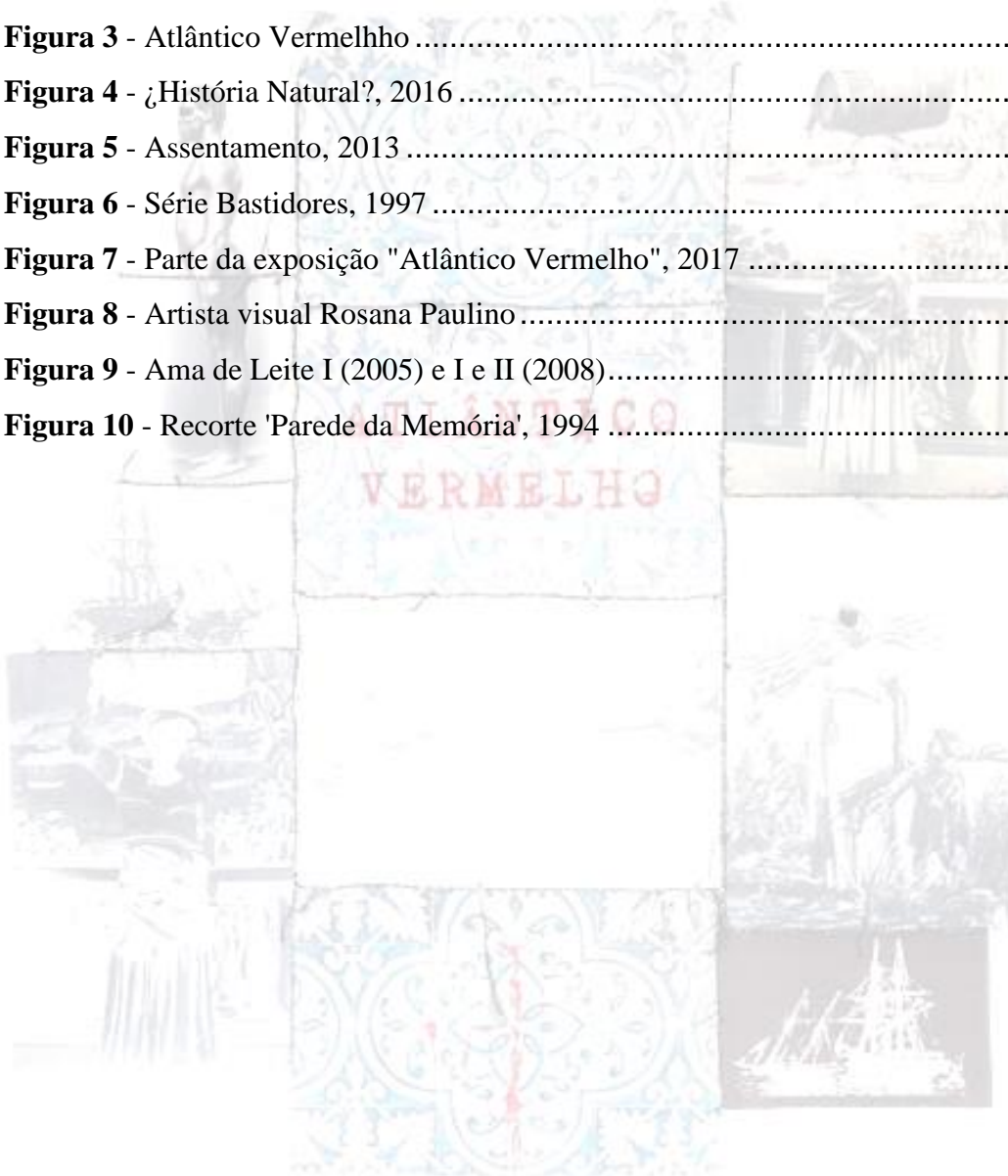
RESUMO

A Lei nº 10.639/03 representou um importante passo na luta por uma educação emancipatória, com vistas a educar o indivíduo para uma sociedade mais igualitária. No entanto, o que se percebe é que o currículo escolar ainda reflete uma proposta cuja finalidade é manter as hierarquias sedimentadas ao longo dos séculos a partir do epistemicídio das contribuições culturais e sociais não aceitas pelo saber Ocidental. Dentro desse contexto social e escolar, é fundamental realizar práticas pedagógicas antirracistas que possibilitem uma inclusão real de saberes e conhecimentos relacionados às culturas que sofrem até hoje as consequências de um epistemicídio cultural e social. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo propor atividades interdisciplinares e antirracistas voltadas para o 9º ano do Ensino Fundamental a partir das séries “Atlântico Vermelho” e “Bastidores” da artista Rosana Paulino. Com base nessas obras, serão abordados os seguintes temas: tráfico de escravizados negros, o período do regime escravocrata no Brasil, gênero, violência doméstica, marginalização social dos afrodescendentes, racismo e o preconceito racial ainda presente em nosso meio social. Para tanto, escolheu-se os componentes curriculares Arte, História e Língua Portuguesa, com foco nas atividades centradas na análise dessas obras e nas práticas antirracistas.

PALAVRAS-CHAVES: Educação antirracista. Série Bastidores. Série Atlântico Vermelho. Racismo. Raça. Ancestralidade. Escravidão.

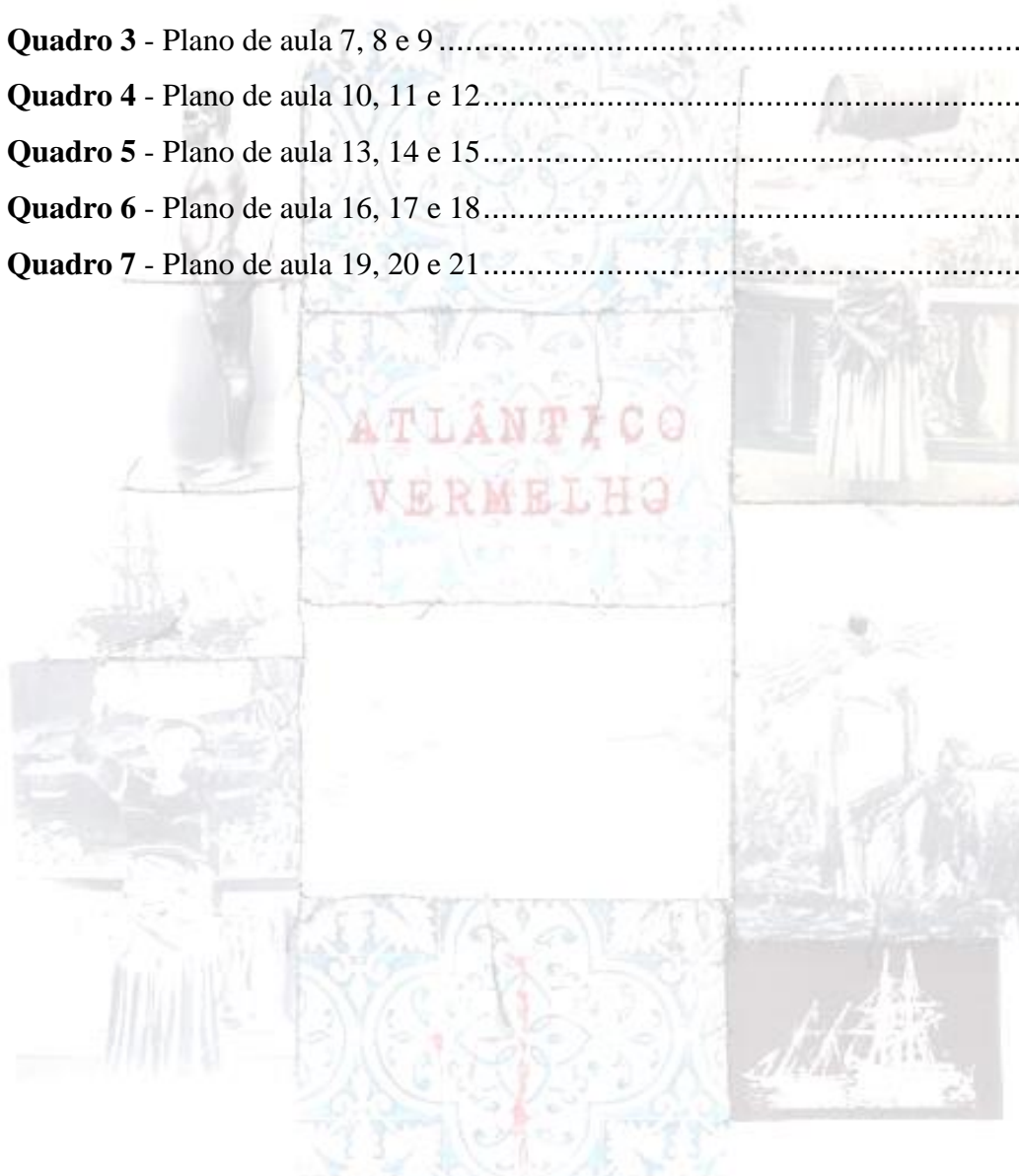
LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exibição da obra 'Assentamento'	17
Figura 2 - Páginas do livro 'História Natural?'	17
Figura 3 - Atlântico Vermelho	18
Figura 4 - 'História Natural?', 2016	29
Figura 5 - Assentamento, 2013	29
Figura 6 - Série Bastidores, 1997	30
Figura 7 - Parte da exposição "Atlântico Vermelho", 2017	30
Figura 8 - Artista visual Rosana Paulino	34
Figura 9 - Ama de Leite I (2005) e I e II (2008).....	42
Figura 10 - Recorte 'Parede da Memória', 1994	45



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Plano de aula 1, 2 e 3	27
Quadro 2 - Plano de aula 4, 5 e 6	31
Quadro 3 - Plano de aula 7, 8 e 9	35
Quadro 4 - Plano de aula 10, 11 e 12.....	38
Quadro 5 - Plano de aula 13, 14 e 15.....	42
Quadro 6 - Plano de aula 16, 17 e 18.....	46
Quadro 7 - Plano de aula 19, 20 e 21	49



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. Ensino Antirracista e a Lei nº 10.639/2003.....	13
2.2. Rosana Paulino e suas obras.....	15
3. OBJETIVOS	19
3.1. Objetivo Geral	19
3.2. Objetivos específicos.....	20
4. HABILIDADE DA BNCC.....	21
3.1. Língua Portuguesa.....	21
3.2. Arte.....	23
3.3. História.....	24
4. METODOLOGIA	25
5. RESULTADOS.....	26
5.2. Sequência didática pedagógica 2.....	31
5.3. Sequência didática pedagógica 3.....	35
5.4. Sequência didática pedagógica 4.....	38
5.5. Sequência didática pedagógica 5.....	42
5.6. Sequência didática pedagógica 6.....	46
5.7. Sequência didática pedagógica 7.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
ANEXO A – Textos Suplementares.....	59
TEXTO 1.....	59
TEXTO 2.....	63
TEXTO 3.....	63
TEXTO 4.....	72
TEXTO 5.....	78
TEXTO 6.....	79
TEXTO 7.....	80
TEXTO 8.....	80
TEXTO 9.....	81
TEXTO 10.....	83
TEXTO 11.....	85

1. INTRODUÇÃO

No dia 9 de janeiro de 2023, a Lei nº 10.639, sancionada no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), completou vinte anos de existência. O dispositivo altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, apontando que

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Entende-se que a Lei nº 10.639/03 é resultado da luta do Movimento Negro na elaboração de uma educação preocupada em discutir e realizar práticas educativas antirracistas a partir dos desafios estabelecidos nas próprias relações étnico-raciais existentes em nosso país, tendo como uma das finalidades a desconstrução de práticas racistas em sala de aula e, ao mesmo tempo, buscando um currículo escolar decolonial que visa possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados, buscando se contrapor ao padrão colonial eurocêntrico tão reproduzido e valorizado em todo contexto curricular escolar.

Ainda assim, nos deparamos de maneira contínua com a falta de compromisso de governantes, gestores, professores e demais profissionais da educação no que diz respeito à implementação de práticas pedagógicas condizentes com a Lei nº 10.639/03 no ambiente escolar (Gomes & Jesus, 2013). Mediante esses fatores, vale a pena ressaltar que o comprometimento de todo o corpo educacional é necessário para que se tenha êxito de forma significativa nas práticas educativas antirracistas, possibilitando uma melhor compreensão acerca das relações étnico-raciais coexistente em nossa sociedade.

Tendo em vista a possibilidade de se trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula, as obras de Rosana Paulino permitem um diálogo entre diversos componentes curriculares, além de tratar-se de uma importante artista contemporânea a ser apresentada em classe como uma maneira de valorizar a história afro-brasileira (Costa & Ribeiro, 2022).

Assim eu gostaria de destacar que essa proposta de construção dessas sequências didáticas surgiu a partir das minhas vivências enquanto arte-educadora e conseqüentemente das minhas inquietações acerca dos desafios encontrados cotidianamente na aplicabilidade da Lei nº 10.639/03, sancionada em 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

No decorrer da minha trajetória enquanto profissional da educação tenho buscado trabalhar com essas temáticas. Assim como na historiografia oficial, onde os conteúdos utilizados em sala de aula são recheados de colonialidade, na história da arte não é diferente. Portanto, a minha escolha em construir sequências didáticas a partir das análises das obras da artista visual Rosana Paulino é justamente devido ao contexto que envolve as suas produções artísticas, que estão intrinsecamente ligados à ancestralidade e à busca pela compreensão do contexto que sempre a rodeou, e às inquietações presentes desde sua infância pela falta de representatividade nos brinquedos, na escola e em vários espaços sociais.

As questões relacionadas são atravessadas por sua negritude, uma vez que Rosana Paulino, sendo uma mulher negra e de família majoritariamente negra, quando foi amadurecendo, tornou-se mais consciente sobre todas as questões que lhe foram impostas a partir da sua condição de mulher negra. Eu costumo comparar a produção de Rosana Paulino com a literatura negra. A sua produção é a partir da sua subjetividade enquanto mulher negra, o seu olhar enquanto sujeito negro que vai gerir as suas produções. Ao me deparar com as obras dessa artista visual pude perceber o quão rico é o seu trabalho, pois possibilita estudarmos vários temas extremamente importantes para a construção de um currículo decolonial. Ou seja, a partir de suas obras é possível dar outras abordagens aos temas trabalhos no currículo oficial.

Por exemplo, tanto nas séries “Bastidores” quanto nas “Atlântico Vermelho” é possível trabalhar temas como: o processo de escravidão europeia; o colonialismo na África; a questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição; os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações; eugenia; racismo científico; racismo estrutural; mito da democracia racial; pluralidade e diversidades identitária; a questão da violência contra as populações marginalizadas no pós-13 de maio – que busca trazer reflexões acerca das relações de poder, violência e desigualdade que ainda se mantêm com o povo negro e indígena e a abolição da escravatura não se completou na sua totalidade. No estudo das obras de Rosana Paulino também é possível identificar outros temas, pois a leitura visual de uma obra também é algo particular e individual, onde o espectador realiza várias leituras visuais acerca de produção visual.

Dessa maneira, foram pensadas sequências didáticas pedagógicas a partir das séries ‘Bastidores’ e ‘Atlântico Vermelho’, da artista plástica Rosana Paulino, que pudessem dialogar com outros componentes curriculares e com os mais variados temas que atravessam todo esse constructo estrutural da nossa sociedade denominada de racismo.

Logo, esse trabalho de conclusão de curso se propõe a realizar algumas recomendações acerca do trabalho na área dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, afirmando que é necessário: reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira; buscar de forma contínua uma reflexão sobre o racismo e seus procedentes no cotidiano escolar; valorizar a diversidade presente no ambiente escolar a partir da promoção da igualdade; educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial; possibilitar às crianças e adolescentes uma história crítica sobre diferentes grupos que constituem a história brasileira; proporcionar materiais que contribuam para a desconstrução do eurocentrismo dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como a contribuição de pessoas negras nas ciência, na cultura por meio de suas invenções científico-tecnológicas.

Assim, ao longo dessa sequência didática, a partir das atividades propostas para as disciplinas selecionadas Arte, História e Língua Portuguesa, serão abordados temas geradores a partir das análises das produções artísticas “Bastidores” e “Atlântico Vermelho” da artista plástica paulistana Rosana Paulino, que ajudam a problematizar os conteúdos trabalhados de forma sistemática nas escolas brasileiras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Ensino Antirracista e a Lei nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639, sancionada no ano de 2003, tem em seu escopo a instauração da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino, de maneira obrigatória com o objetivo de resgatar a contribuição do povo negro em diferentes âmbitos da História do Brasil (BRASIL, 2003).

Os impactos da implementação dessa lei vão além dos currículos, como escrevem Almeida & Sanchez (2017, p. 57), com a potencialidade “de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira”. Todavia, é de extrema importância compreender, ainda que seja um avanço, a Lei nº 10.639 por si só não garante que boas práticas pedagógicas que enfatizam conteúdos que envolvam o ensino e aprendizagem voltados à temática étnico-racial sejam realizadas, uma vez que os desafios da aplicabilidade da lei é uma constante (Almeida & Sanchez, 2017).

Segundo Djamila Ribeiro (2019), um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de

romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do protagonismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades.

Andrade (2017) afirma que a Lei nº 10.639/03 sozinha, por vezes, não dá conta da pluralidade e multiplicidade das experiências da realidade: o professor precisa ter a leitura e a interpretação atentas, conhecimento prévio e engajado para enfim alcançar os objetivos desta legislação e ir além, propondo a inclusão de conteúdos, mas também uma mudança epistemológica nas formas de ensinar e ver o mundo.

Enquanto reflexão, Nilma Lino Gomes (2001) traz à luz a complexidade que é promover uma educação que faz pensar a articulação entre Educação, cidadania e raça. Para a autora, pensar tal articulação significaria:

[...] ir além das discussões sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Representa o questionamento acerca do papel da centralidade da questão racial na nossa prática pedagógica, nos projetos e nas políticas educacionais e na luta em prol de uma sociedade democrática que garanta a todos(as) o direito de cidadania (Gomes, 2001, p. 83-84).

Ainda dentro dessa perspectiva, a autora destaca que a implementação de políticas educacionais não pode desconsiderar a realidade sociocultural brasileira, que tem em si desigualdades econômicas e diversidade cultural e racial. Sendo assim, essas diferenças étnico-raciais interferem sobre as condições de vida e história do povo brasileiro. Portanto, o questionamento que permeia essa ideia é se a escola tem considerado que a conquista da cidadania se dá de maneira diferente para os negros e brancos no Brasil? (Gomes, 2011). A autora (2011, p. 85) sinaliza ainda que

[...] ao propor uma educação cidadã que articule a questão racial, tanto os educadores/as quanto os/as formuladores/as de políticas devem estar cientes da complexidade que envolve a história e a trajetória escolar do segmento negro no Brasil.

Em nossas escolas há um caráter intencional na prática pedagógica, perceptível na maneira sistemática como os conteúdos são socializados, o que evidencia que o currículo reflete uma proposta cuja finalidade é manter as hierarquias sedimentadas ao longo dos séculos a partir do epistemicídio das contribuições culturais e sociais não aceitas pelo saber ocidental, ou seja, pelos grupos sociais que se apropriaram do poder e tornaram-se dominantes no constructo social (Pinheiro, 2023). Desse modo se faz necessário inserir temas no currículo escolar que possibilitem uma educação emancipatória de educar o indivíduo para uma sociedade mais igualitária, sem se ater às discussões sobre História e Cultura Afro-brasileira apenas a datas

como o 13 de maio e o 20 de novembro, mas que possam ser uma prática permanente, significativa, que contemple o contexto escolar durante todo ano letivo.

A escola do século XXI deve acolher a pluralidade, principalmente aquelas que estão relacionadas às relações étnico-racial, visto que a escola ainda se apresenta reprodutora de graus profundos de colonialidade. Então, dentro desse contexto social e escolar, é fundamental realizar práticas pedagógicas antirracistas que possibilitem uma inclusão de fatos e saberes e conhecimentos relacionados às culturas que sofrem até hoje as consequências de um epistemicídio cultural e social. Trazendo para a realidade brasileira, verifica-se a importância de se trabalhar os conhecimentos e saberes referentes à História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e dos povos indígenas.

Desse modo, torna-se evidente a necessidade de descolonizar conhecimentos a partir de temas que até hoje perpetuam estigmas que foram legitimados na escravidão, uma prática que surge justamente a partir da necessidade de desumanizar o ser humano negro para validar os maus tratos excessivos e toda política letal do estado (Pinheiro, 2020).

Torna-se imprescindível abordar nesse trabalho, portanto, temas que problematizam o mito do universalismo eurocêntrico e o discurso positivista que ainda na atualidade atuam como dominantes, fazendo uso também de temas que nos permitem reconhecer discriminações e desse modo contestar o sistema de opressão racial, visando contribuir com os caminhos emancipatórios no âmbito da Educação para as relações Étnico-raciais.

2.2. Rosana Paulino e suas obras

Rosana Paulino nasceu na cidade de São Paulo – cidade onde vive e trabalha – em 1967. É Doutora em Artes Visuais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP e a mesma destaca suas obras da seguinte maneira:

Como artista vem se destacando por sua produção ligada a questões sociais, étnicas e de gênero. Seus trabalhos têm como foco principal a posição da mulher negra na sociedade brasileira e os diversos tipos de violência sofridos por esta população decorrente do racismo e das marcas deixadas pela escravidão (Paulino, [s.d]).

Os autores Rodrigues, Silveira e Carvalho (2020) caracterizam a obra de Paulino como “uma permanente denúncia pelo reconhecimento do negro na história” e apontam a materialização de uma produção contínua resultante de traumas, nostalgia, cicatrizes e negação, retratando a violência sobre os corpos negros, o silenciamento, invisibilidade, mas também persistência. Acrescenta-se às suas discussões, temáticas como identidade racial, gênero e a

representação negra nas artes, com elementos individuais de sua história e do povo brasileiro (Costa & Ribeiro, 2022).

A artista coloca como uma das pontas de seu trabalho artístico o pensar político, atribuído ao fato de a mesma não se encontrar representada nas imagens veiculadas, que “quase sempre, insistiam em colocar os/as negrodscendentes em posição inferior e/ou estereotipada”. Tal viés político pode ser notado em suas primeiras obras, como a instalação ‘Parede da Memória (1994)’ e em peças como ‘Bastidores (1997) (Paulino, 2011).

A seguir, trarei algumas perspectivas sobre as obras de Rosana Paulino que serão trabalhadas nas sequências didáticas propostas.

Em ‘Parede da memória’ (1994) é abordada a ancestralidade, a partir de retratos familiares da artista que encaram o observador, podendo ser visto como uma maneira de expor a invisibilidade de negros e negras, que não são percebidos como indivíduos, mas como um grupo social desconhecido, como se não fizesse parte enquanto sujeito da história coexistente. Dessa maneira, Paulino busca assegurar um lugar de memória para o sujeito negro a partir de uma obra em grande escala, composta por 1.500 imagens dispostas de maneira repetida em um estado de presença permanente (Pinto, [s.d]; Lopes, 2019).

As obras da série “Ama de leite” (2005 e 2008) da artista trabalham com as experiências de mulheres negras e mestiças, de modo a abordar as construções das subjetividades atravessadas pelas condições de trabalho, pelas relações de poder e pelo preconceito racial (Tvardovskas, 2010). As obras dessa série demonstram ainda o papel no constructo social dessas mulheres negras nos séculos passados, com uma crítica à exploração dos corpos dessas mulheres e, simbolicamente, as suas amarras sociais e culturais às funções que desenvolviam como amas de leite, onde havia um caráter considerável de abuso físico e econômico (Tvardovskas, 2010).

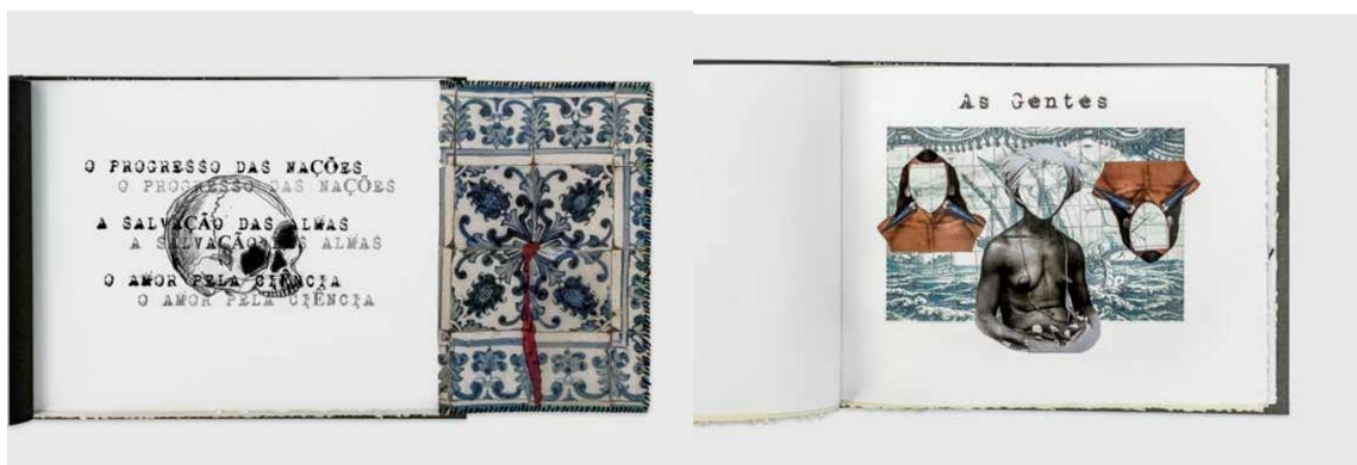
A obra “Assentamento” (2012-2013) (figura 1) é uma instalação em técnica mista (impressão digital, desenho, linóleo, costura, bordado, madeira, papel, vídeo) em que a artista busca desconstruir as ideias usadas para justificar a exploração e subjugoamento dos negros durante o regime escravocrata – ideias como de que a miscigenação pudesse causar a degeneração dos grupos envolvidos. Paulino retrata em “Assentamento” os braços que vieram para o trabalho e, também, a importância destes no assentamento de nossas bases culturais, reconhecendo a riqueza e vitalidade trazida, graças à heterogeneidade daqueles que a compõe (Paulino, [s.d.]).

Com o mesmo sentido, “¿História Natural?” (2016), busca por meio de desenhos, colagens e impressão digital, questionar as teorias científicas presentes nos livros didáticos utilizados para justificar a escravidão. Nesse livro da artista, há a fusão de imagens de negros escravizados e nativos da terra com elementos da fauna, flora e mapas. Há a representação de azulejos, simbolizando a responsabilidade de Portugal nesse período da história. Paulina apresenta rostos esvaziados que permitem a projeção do espectador, ofertado como um espaço para o sentimento de reconhecimento e pertencimento da população negra (Pinto, [s.d]; Lopes, 2019; Bevilacqua, 2019).

Figura 1 - Exibição da obra 'Assentamento'



Figura 2 - Páginas do livro ¿História Natural?



Tendo em vista a perspectiva abordada tanto em “Assentamento”, quanto em “¿História Natural?”, Pinheiro & Rosa (2018) trazem que a ciência é reconhecida como um fenômeno que surgiu no continente europeu, sendo negados os saberes produzidos por povos ancestrais não-

européus, mesmo que estes tenham sido fundamentais para a estruturação do pensamento greco-romano. Dessa maneira, observa-se que as representações de cientistas que são reproduzidas em manuais repetem um padrão de homens cisgêneros, heterossexuais e brancos. Assim, a ciência enquanto um espaço de poder tem em sua representação de desenvolvimento a imagem de sujeitos sociais aceitos e hegemônicos, resultando em um refutamento daqueles que buscavam se vincular ao processo de desenvolvimento do conhecimento científico, mas não se encaixavam nos padrões (Pinheiro & Rosa, 2018).

A série “Atlântico Vermelho” (2016) (figura 3) traz em seu título uma alusão ao mar que foi pintado pelo sangue negro durante o tráfico de escravizados, ligando o Brasil a África (Pinto, [s.d]) e que ainda tem seus desdobramentos até o presente.

Nesse trabalho, Piccoli e Nery (2019, p. 11) destacam que Paulina “se apropria da fotografia científica e do imaginário da construção racial brasileira para construir um tecido social de remendos”. Nessa obra, a artista evoca as consequências da expansão europeia, que, por exemplo, impôs o tráfico negreiro entre o continente Africano e as Américas, se materializando em uma violência sobre as pessoas escravizadas que eram tidas apenas como mais uma parte da natureza (Ribeiro, 2017).

Figura 3 - Atlântico Vermelho



A série “Bastidores” (1997) explora fotografias de mulheres negras impressas em tecidos que têm suas bocas, olhos e gargantas costuradas de maneira rudimentar como forma de manifestar o silenciamento e opressão imposta a essas mulheres (Costa & Ribeiro, 2022), deixando uma marca e ‘incapacitando’ o cumprimento de funções básicas como a fala e a visão, explicitando o poder e crueldade da marca colonial (Vasconcellos

& Rodrigues, 2021). O fato de se tratar de imagens de mulheres de sua família marca a o uso de elementos de sua própria história para representar essa condição de silenciamento de mulheres negras brasileiras.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral que se almeja por meio da aplicabilidade dessas sequências didáticas a partir das análises das séries “Bastidores” e “Atlântico Vermelho” nos Componentes Curriculares Arte, História e Língua Portuguesa é contribuir com estudos que possibilitem o letramento racial crítico, tendo como referências textos, reportagens, livros didáticos e documentários acerca de temas gerados a partir dessas problematizações do letramento racial, compreendendo a origem do preconceito racial no Brasil, a partir também de textos e reportagem que remetem a esse tema, tendo o componente curricular Língua Portuguesa como suporte para essa compreensão. Por conseguinte, reconhecer que os textos estudados serão como um lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

No componente curricular História pretende-se alcançar a compreensão e reflexão acerca do constructo social formado a partir do conceito de raça e suas consequências. Aprender que a África é o berço da humanidade e da civilização. Desse modo entender o continente africano também como propagador de conhecimento. Dentro dessas perspectivas entender a natureza da escravidão mercantil europeia na África e a diferença entre ela e algumas das diversas formas de escravidão que ocorreram no mundo antigo. Ressaltando que analisar as classificações, conceitos e termos usados no tratamento da história da África são fundamentais para que haja essas compreensões de maneira eficaz. E ainda, apreender acerca da história e histografia da escravidão no Brasil. Dessa maneira conhecer a história e a cultura Africana e Afro-Brasileira reconhecendo a participação africana na formação cultural brasileira. Problematizando o corpo africano e negro no sistema escravista e por fim identificar alguns temas como racismo estrutural, preconceito racial, subalternização e invisibilização de alguns grupos sociais que ainda hoje são marginalizados em nossa sociedade.

Estabelecer diálogos com o componente curricular Arte, objetivando entender, a partir da leitura visual das obras contidas nas séries “Bastidores” e “Atlântico Vermelho”, como o corpo negro é abordado. Assim sendo, compreender, por meio da leitura visual, como os temas racismo, preconceito e todo o processo e trajetória que fizeram parte do sistema escravocrata consolidaram inúmeras teorias racistas. Buscando problematizar as questões étnico-raciais que

vem à tona a partir das análises das obras de Rosana Paulino. Portanto questionar e desconstruir saberes que reforçam apenas estereótipos e estigmas pejorativos acerca da construção das identidades, saberes, conhecimentos e produção de ciências das pessoas negras é fundamental para se atingir as propostas sugeridas nas sequências pedagógicas.

3.2. Objetivos específicos

- Este trabalho tem como objetivo propor atividades interdisciplinares e antirracistas voltadas para o 9º ano do Ensino Fundamental a partir das séries “Atlântico Vermelho” e “Bastidores” da artista Rosana Paulino. Por meio de uma prática pedagógica antirracista, tais atividades colaborarão na reflexão sobre a necessidade de uma educação pela perspectiva do enfrentamento ao racismo estrutural, de valorização da identidade e das trajetórias das pessoas negras.

Língua Portuguesa

- Contribuir no ensino de Língua Portuguesa com estudos que possibilitem o letramento racial crítico, tendo como referências textos, reportagens, livros didáticos e documentários acerca de temas gerados a partir dessas problematizações do letramento racial.
- Compreender a origem do preconceito racial no Brasil, a partir também de textos e reportagem que remetem a esse tema, tendo o componente curricular Língua Portuguesa como suporte para essa compreensão.
- Reconhecer que os textos estudados serão como um lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

História

- Compreender e refletir acerca do constructo social formado a partir do conceito de raça e suas consequências.
- Aprender que a África é considerada o berço da humanidade e da civilização. Desse modo entender o continente africano também como transmissão de conhecimento.
- Entender a natureza da escravidão mercantil europeia na África e a diferença entre ela e algumas das diversas formas de escravidão que ocorreram no mundo antigo.
- Analisar as classificações, conceitos e termos usados no tratamento da história da África.
- Aprender acerca da história e historigrafia da escravidão no Brasil.
- Conhecer a história e a cultura Africana e Afro-Brasileira.
- Reconhecer a participação africana na formação cultural brasileira.

- Problematizar o corpo africano e negro no sistema escravista.
- Identificar alguns temas como racismo estrutural, preconceito racial, subalternização e invisibilização de alguns grupos sociais que ainda hoje são marginalizados em nossa sociedade.

Arte

- Entender, a partir da leitura visual das obras contidas nas séries “Bastidores” e “Atlântico Vermelho”, como o corpo negro é abordado.
- Compreender, por meio da leitura visual, como os temas racismo, preconceito e todo o processo e trajetória que fizeram parte do sistema escravocrata consolidaram inúmeras teorias racistas.
- Problematizar as questões étnico-raciais que vem à tona a partir das análises das obras de Rosana Paulino.
- Questionar e desconstruir saberes que reforçam apenas estereótipos e estigmas pejorativos acerca da construção das identidades, saberes, conhecimentos e produção de ciências das pessoas negras.

4. HABILIDADE DA BNCC

3.1. Língua Portuguesa

- EF69LP01: Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso.
- EF69LP02: Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, outdoor, anúncios e propagandas em diferentes mídias, spots, jingle, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e / ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.
- EF69LP13: Engajar-se e contribuir com a busca de conclusões comuns relativas a problemas, temas ou questões polêmicas de interesse da turma e/ou de relevância social.
- EF69LP14: Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão

para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma.

- EF69LP15: Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.
- EF69LP30: Comparar, com a ajuda do professor, conteúdos, dados e informações de diferentes fontes, levando em conta seus contextos de produção e referências, identificando coincidências, complementaridades e contradições, de forma a poder identificar erros/imprecisões conceituais, compreender e posicionar-se criticamente sobre os conteúdos e informações em questão.
- EF69LP44: Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.
- EF89LP02: Consiste em: Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes.
- EF09LP02: Analisar e comentar a cobertura da imprensa sobre fatos de relevância social, comparando diferentes enfoques por meio do uso de ferramentas de curadoria.
- EF09LP03: Produzir artigos de opinião, tendo em vista o contexto de produção dado, assumindo posição diante de tema polêmico, argumentando de acordo com a estrutura própria desse tipo de texto e utilizando diferentes tipos de argumentos – de autoridade, comprovação, exemplificação princípio etc.
- EF89LP12: Planejar coletivamente a realização de um debate sobre tema previamente definido, de interesse coletivo, com regras acordadas e planejar, em grupo, participação em debate a partir do levantamento de informações e argumentos que possam sustentar o posicionamento a ser defendido (o que pode envolver entrevistas com especialistas, consultas a fontes diversas, o registro das informações e dados obtidos etc.), tendo em vista as condições de produção do debate – perfil dos ouvintes e demais participantes, objetivos do debate, motivações para sua realização, argumentos e estratégias de convencimento mais eficazes etc. e participar de debates regrados, na condição de membro de uma equipe de debatedor, apresentador/mediador, espectador (com ou sem direito a perguntas), e/ou de juiz/avaliador, como forma de compreender

o funcionamento do debate, e poder participar de forma convincente, ética, respeitosa e crítica e desenvolver uma atitude de respeito e diálogo para com as ideias divergentes.

- EF89LP15: Utilizar, nos debates, operadores argumentativos que marcam a defesa de ideia e de diálogo com a tese do outro: concordo, discordo, concordo parcialmente, do meu ponto de vista, na perspectiva aqui assumida etc.
- EF89LP22: Compreender e comparar as diferentes posições e interesses em jogo em uma discussão ou apresentação de propostas, avaliando a validade e força dos argumentos e as consequências do que está sendo proposto e, quando for o caso, formular e negociar propostas de diferentes naturezas relativas a interesses coletivos envolvendo a escola ou comunidade escolar.
- EF89LP23: Analisar, em textos argumentativos, reivindicatórios e propositivos, os movimentos argumentativos utilizados (sustentação, refutação e negociação), avaliando a força dos argumentos utilizados.
- EF89LP24: Realizar pesquisa, estabelecendo o recorte das questões, usando fontes abertas e confiáveis.

3.2. Arte

- EF69AR01: Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.
- EF69AR02: Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço.
- EF69AR04: Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc) na apreciação de diferentes produções artísticas.
- EF69AR06: Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais.
- EF69AR07: Dialogar com princípios conceituais, proposições temáticas, repertórios imagéticos e processos de criação nas suas produções visuais.

- EF69AR31: Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.
- EF69AR33: Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística.
- EF69AR34: Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.
- EF69AR35: Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.

3.3. História

- EF09HI01: Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.
- EF09HI03: Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.
- EF09HI04: Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.
- EF09HI05: Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.
- EF09HI09: Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
- EF09HI14: Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.
- EF09HI16: Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.
- EF09HI17: Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.

- EF09HI18: Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.
- EF09HI21: Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
- EF09HI23: Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.
- EF09HI26: Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
- EF09HI31: Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia.
- EF09HI36: Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

4. METODOLOGIA

Trata-se de uma sequência didática de aula como recurso de intervenção, elaborado para ser aplicado a turmas do Ensino Fundamental (anos finais) – 9º ano, de escolas públicas e privadas do sistema educacional brasileiro. Os planos de aula devem ser aplicados nos componentes curriculares Arte, História e Língua Portuguesa. Cujas metodologias aplicadas para se desenvolver esse trabalho de pesquisar e consequentemente a elaboração das sequências didáticas se deu principalmente por meio da leitura das imagens de modo interpretativo e das técnicas utilizadas nas séries Bastidores e Atlântico Vermelho da artista visual Rosana Paulino, no decorrer da aplicabilidade dessa metodologia foi possível perceber que era viável trabalhar outros temas para além dos que foram sugeridos pela artista. O que acaba permitindo que a análise e estudos dessas séries específicas tornam-se mais ricas em conhecimentos e possibilidades de aprendizagens.

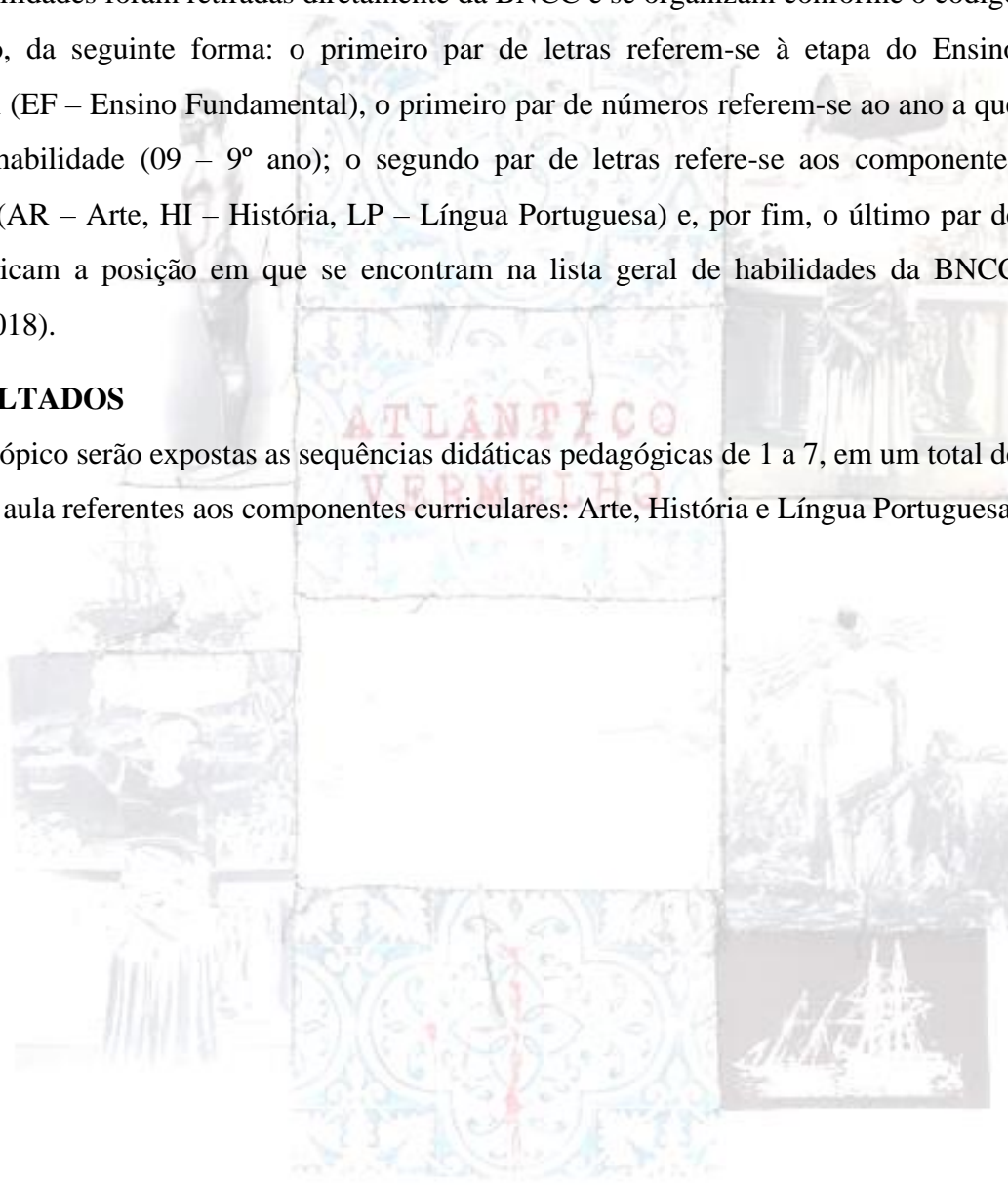
Ainda sobre a elaboração dessas sequências didáticas, é necessário ressaltar que ocorreu também de acordo com a BNCC (BRASIL, 2018) e é composta por: tema, unidade temática,

objetos de conhecimento, habilidades, duração dos planos, metodologia das aulas, avaliação e referências a serem utilizadas nas aulas.

As habilidades foram retiradas diretamente da BNCC e se organizam conforme o código alfanumérico, da seguinte forma: o primeiro par de letras referem-se à etapa do Ensino Fundamental (EF – Ensino Fundamental), o primeiro par de números referem-se ao ano a que se refere a habilidade (09 – 9º ano); o segundo par de letras refere-se aos componentes curriculares (AR – Arte, HI – História, LP – Língua Portuguesa) e, por fim, o último par de números indicam a posição em que se encontram na lista geral de habilidades da BNCC (BRASIL, 2018).

5. RESULTADOS

Neste tópico serão expostas as sequências didáticas pedagógicas de 1 a 7, em um total de 21 planos de aula referentes aos componentes curriculares: Arte, História e Língua Portuguesa.



5.1 Sequência pedagógica didática 1

Quadro 1 - Plano de aula 1, 2 e 3

Tema	Biografia da artista plástica Rosana Paulino – temas e características das suas produções artísticas
Unidade temática	Artes visuais
Objetos de conhecimento	Biografia de Rosana Paulino e o estudo das obras “Assentamento” de 2013 e “¿História Natural?” de 2016
Habilidades	<p>EF69AR01: Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.</p> <p>EF69AR02: Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço.</p> <p>EF69AR04: Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc) na apreciação de diferentes produções artísticas.</p> <p>EF69AR06: Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais.</p> <p>EF69AR07: Dialogar com princípios conceituais, proposições temáticas, repertórios imagéticos e processos de criação nas suas produções visuais.</p>
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	<p>Apresentação em Power point;</p> <p>Computador;</p> <p>Projektor;</p> <p>Caixa de som;</p> <p>Textos complementares;</p>

	<p>Vídeos com reportagens sobre a artista e suas produções; Imagens impressas tanto da artista quanto da obra a ser trabalhada (caso a escola não tenha Datashow); Folha de papel sulfite ou Canson; Lápis HB; Borracha; Tinta guache com cores variadas.</p>
<p>Metodologia</p>	<p>Iniciar a aula por meio das apresentações das obras “¿História Natural?” (figura 4) de 2016, e “Assentamento”. Em seguida, pedir aos alunos que façam a leitura visual das imagens e logo após perguntar a eles o que essas obras os remetem. Mediante as respostas, o professor irá explicar que a primeira obra feita pela artista Rosana Paulino se trata de uma produção visual que tem por objetivo discutir e trazer reflexões sobre o papel da ciência no racismo. Para isso a artista fez uso de uma técnica mista onde foram utilizadas colagens de imagens históricas para pensar sobre a desterritorialização da escravidão, além de imagens de livros de história natural da época da colonização brasileira.</p> <p>Nessa exposição dialogada podem ser usados os dois textos sugeridos na sequência didática. O texto 1 (ANEXO A) pode ser usado para explanar acerca da biografia e das obras juntamente com suas características e temas que serão trabalhados no decorrer do curso e o texto 2 (ANEXO A) pode ser trabalhado no momento que for enfatizar os conteúdos da obra “¿História Natural?” de 2016, uma vez que essa obra será explorada nas 9 primeiras aulas divididas em 3 blocos que serão contemplados em 3 componentes curriculares: Arte, História e Português.</p> <p>Para a terceira aula será solicitado aos alunos que produzam por meio do desenho e da pintura os temas descobertos a partir do estudo da obra e, ao final dessa produção, descrevam para a turma o resultado das suas produções e as suas descobertas acerca do que foi estudado e analisado a partir da obra de Rosana Paulino. A segunda obra “Assentamento” (figura 5), trata-se da experiência do corpo negro em uma perspectiva colonial que interfere diretamente na construção da subjetividade colonial a partir de uma imposição de signos de inferioridade.</p> <p>Nessas primeiras três aulas é importante que essa sensibilização seja feita por meio do componente curricular Arte, posto que a sequência didática vai ter como ponto norteador algumas obras da artista Rosana Paulino contidas nas séries “Bastidores” (figura 6) e “Atlântico Vermelho” (figura 7).</p>

Avaliação	A avaliação é feita analisando o processo e o comprometimento de cada aluno e aluna, além do produto final.
Referências	Pinto, T.R. Rosana Paulino e a arte de humanizar mulheres negras. Primeiros Negros, [s.d.]. Disponível em: https://primeirosnegros.com/rosana-paulino-e-aarte-de-humanizar-mulheres-negras/ ¿HISTÓRIA NATURAL? USINA, 2023. Disponível em: https://revistausina.com/2023/04/11/historia-natural/

Figura 4 - ¿História Natural?, 2016

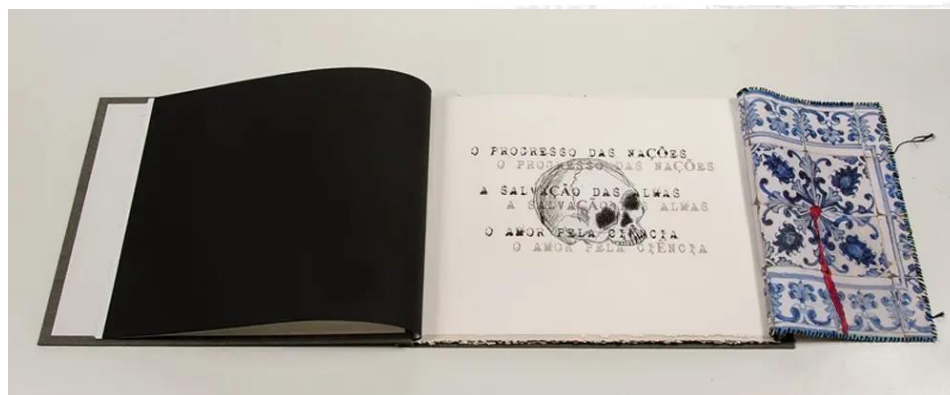


Figura 5 - Assentamento, 2013

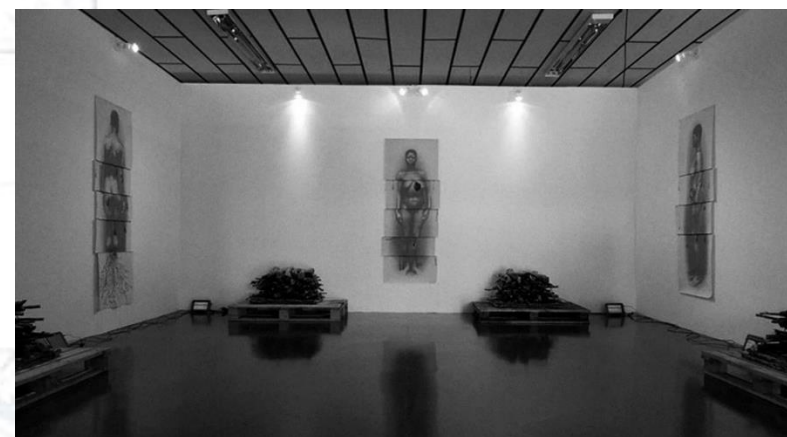


Figura 6 - *Série Bastidores*, 1997

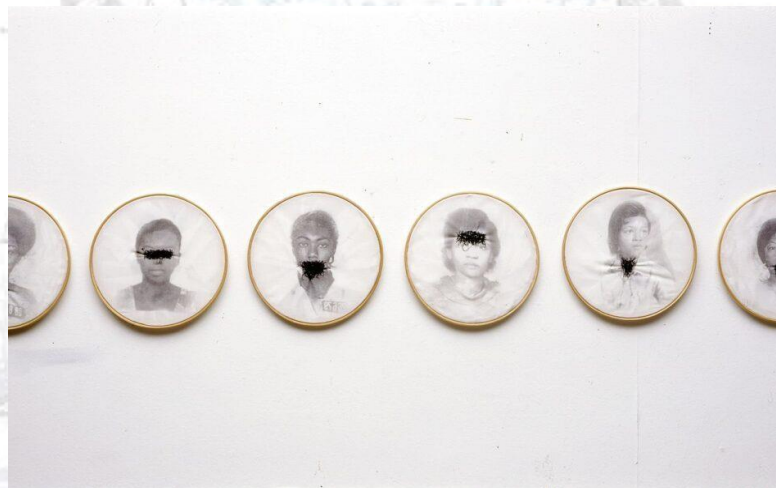


Figura 7 - *Parte da exposição "Atlântico Vermelho"*, 2017



5.2. Sequência didática pedagógica 2

Quadro 2 - Plano de aula 4, 5 e 6

Tema	Raça: verdade científica ou invenção ideológica? Análise das obras “¿História Natural?” e “Assentamento” da série “Atlântico Vermelho” da artista plástica Rosana Paulino.
Unidade temática	História
Objetos de conhecimento	A escravidão mercantil europeia na África e suas consequências. Discussão dos conceitos: raça e racismo e como esses conceitos serviram para categorizar as diferenças entre os seres humanos.
Habilidades	EF09HI1: Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.
Objetivos	<p>Entender a natureza da escravidão mercantil europeia na África e a diferença entre ela e algumas das diversas formas de escravidão que ocorreram no mundo antigo.</p> <p>Compreender como as definições de raça e racismo e como as teorias eugenistas foram fundamentais para legitimar a ideia de hierarquia de capacidade intelectual e civilizatória em que as pessoas com fenótipos não europeus seriam classificadas como inferiores.</p> <p>Reconhecer o racismo como uma questão atual e não parte de um passado histórico isolado, estimulando o debate sobre formas de combatê-lo.</p> <p>Fomentar nos alunos uma reflexão e pensamento crítico acerca de todos esses temas estudados nessas sequências didáticas.</p> <p>Incentivar pesquisas e elaboração de trabalhos que possam esclarecer ainda mais a dimensão do racismo e suas práticas em nossa sociedade.</p>
Conteúdos	Definição de raça e racismo, Escravidão mercantil europeia/ Eugenia/ Estudos sobre a eugenia/ Eugenia nazista/ Eugenia no Brasil.
Duração	3 aulas

Recursos didáticos	<p>Apresentação em Power point; Computador; Projetor; Caixa de som; Textos complementares; Vídeos com reportagens sobre os elementos históricos abordados na obra „História Natural?. Iniciado no componente curricular arte e continuado no componente curricular de História Imagens impressas sobre os temas abordados (caso a escola não tenha Datashow).</p>
Metodologia	<p>Iniciar essa sequência didática por meio de uma roda de conversa perguntando acerca de quais elementos históricos estão presentes nas obras „História Natural? de 2016, e Assentamento de Rosana Paulino. Espera-se que os alunos compreendam temas referentes à escravidão, raça e racismo e outras abordagens que derivam desses temas e respondam as perguntas sobre essas questões. Em seguida elencar todas as respostas fornecidas pelos alunos e a partir de então socializar os temas abordados na produção artística supracitada. Em seguida será compartilhado o vídeo: “Desigualdade racial no Brasil - 2 minutos para entender!”. Começando pelo tema Escravidão e suas consequências dando continuidade com as definições de raça, eugenia nazista e eugenia no Brasil e concluindo essa sequência didática abordando o tema do racismo na sociedade contemporânea e como esses conjuntos de ideais eugênicos foram capazes de sedimentar e naturalizar o racismo durante todo o processo do sistema escravocrata até os dias de hoje.</p> <p>Para a realização da socialização desses conteúdos, será utilizada a obra da artista Rosana Paulino (figura 8), textos, reportagens e documentários para que sejam estudados de maneira que possam possibilitar aos alunos uma maior compreensão da atualidade e como todos esses conceitos equivocados são usados até hoje para manter essas estruturas racistas e consequentemente fazer com que os alunos, ao concluir essa sequência didática, possam analisar de maneira crítica e questionadora todo esse contexto atual a partir das socialização dos materiais disponibilizados a eles nas aulas.</p> <p>Para concluir essa sequência didática será solicitado aos alunos que pesquisem sobre os temas estudados para que na terceira aula seja realizado um debate sobre eles. Os textos 3 e 4 (ANEXO A) são sugestões de textos que podem ser trabalhados nessas sequências didáticas.</p>

Avaliação	A avaliação será feita mediante a observação dos alunos a partir da realização das atividades propostas no decorrer da socialização das sequências didáticas e sobretudo a partir dos impactos e descobertas de como esses acessos às informações compartilhadas atuaram de forma significativa em seu processo de aprendizagem.
Referências	<p>Superinteressante. Desigualdade Racial no Brasil - 2 minutos para entender! Youtube, 20 nov. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ufbZkexu7E0</p> <p>PEREIRA, V. História apagou o quanto os africanos escravizados enriqueceram o Brasil, diz Laurentino Gomes. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496</p> <p>SANTOS, A. Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil. Editora Abril, 2019. Disponível em: https://super.abril.com.br/especiais/racismodisfarçado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil</p>

Figura 8 - *Artista visual Rosana Paulino*



5.3. Sequência didática pedagógica 3

Quadro 3 - Plano de aula 7, 8 e 9

Tema	Produzindo história em quadrinhos a partir das obras História Natural e Assentamento da artista Rosana Paulino
Unidade temática	Língua Portuguesa
Objetos de conhecimento	Escravidão dos negros e negras africanas no Brasil
Habilidades	<p>EF69LP01: Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso;</p> <p>EF69LP13: Engajar-se e contribuir com a busca de conclusões comuns relativas a problemas, temas ou questões polêmicas de interesse da turma e/ou de relevância social;</p> <p>EF69LP30: Comparar, com a ajuda do professor, conteúdos, dados e informações de diferentes fontes, levando em conta seus contextos de produção e referências, identificando coincidências, complementaridades e contradições, de forma a poder identificar erros/imprecisões conceituais, compreender e posicionar-se criticamente sobre os conteúdos e informações em questão;</p> <p>EF69LP44: Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção;</p> <p>EF69LP49: Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompem com seu universo de expectativas, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor.</p>

Objetivos	<p>Discutir a escravidão dos negros e das negras africanas no Brasil;</p> <p>Refletir sobre as teorias científicas que ajudaram a sedimentar o racismo no mundo e no Brasil;</p> <p>Instigar nos alunos que busquem realizar produções que visem valorizar a contribuição histórica dos diversos povos brasileiros, suas características e suas memórias sobretudo os povos minorizados como os negros e indígenas.</p>
Conteúdos	<p>Produzindo histórias em quadrinhos ressignificando os temas geradores das obras de Rosana Paulino “História Natural de 2016” e “Assentamento” estudados nos componentes curriculares Arte e História. O processo do sistema escravocrata promoveu o genocídio e epistemicídio dos povos minorizados. Esses temas serão estudados nas sequências didáticas dos componentes curriculares Arte e História, mostrando as inúmeras contribuições dos povos africanos para a construção da sociedade brasileira.</p>
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	<p>Data Show (caso a escola não possua Datashow, trabalhar com imagens impressas)</p> <p>Caixa de som</p> <p>Revista em quadrinhos</p> <p>Folha de papel sulfite formato A4</p> <p>Lápis HB</p> <p>Borracha</p> <p>Régua</p> <p>Lápis de cor</p> <p>Hidrocor</p>
Metodologia	<p>Iniciar a aula com a notícia do jornalista Guilherme Genestreti, publicada meio de comunicação Folha de São Paulo em 2018, intitulada: ‘Estava cansado de ler HQs com heróis brancos’, diz diretor de</p>

	<p>Pantera Negra. Em Cannes, Ryan Coogler também cita filmes marcantes de sua vida, como 'Cidade de Deus'.</p> <p>Em seguida perguntar para os alunos se eles concordam com esse posicionamento estimulando-os a construir suas ideias de maneira oral acerca dessa primeira notícia, logo após lembrar com eles os conteúdos abordados nas sequências didáticas dos componentes curriculares Arte e História mediante as respostas dadas pelos alunos. Socializar o filme: Atlântico Negro – Na rota dos orixás, produzido no Brasil no ano de 1998 com duração de 75 minutos. Seria importante apresentar essa película aos alunos uma vez que ela aborda a grande influência africana na religiosidade brasileira, a origem das raízes da cultura jêje-nagô em terreiros de Salvador e do Maranhão, onde a mesma influência gerou o Tambor de Minas.</p> <p>Após a apresentação do filme, promover um breve debate quanto a impressão que eles obtiveram a partir do filme e pedir que façam um paralelo com os temas gerados a partir do contato com a obra de Rosana Paulino, História Natural, de 2016. Para concluir essa sequência didática será solicitado que a turma se separe em grupos para a produção de história em quadrinhos que tenham como referência os temas estudados a partir da produção artística intitulada como História Natural.</p> <p>Após a realização dessa atividade será solicitado que montem uma pequena exposição das histórias em quadrinhos produzidas pelos alunos para que toda a comunidade escolar tenha acesso a esses resultados adquiridos e construídos pelos alunos.</p>
Avaliação	A avaliação será contínua, priorizando discutir as dificuldades na execução dessa atividade e como ela se estabeleceu enquanto uma produção significativa.
Referências	Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/estava-cansado-deler-hqs-com-herois-brancos-diz-diretor-de-pantera-negra.shtml

5.4. Sequência didática pedagógica 4

Quadro 4 - Plano de aula 10, 11 e 12

Tema	A mãe preta no período escravocrata, uma análise a partir das obras Ama de leite 2005 e 2008, da artista plástica Rosana Paulino.
Unidade temática	História
Objetos de conhecimento	Ama de leite, sexismo, racismo, mito da democracia racial
Habilidades	<p>EF09HI14: Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais;</p> <p>EF09HI17: Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946;</p> <p>EF09HI18: Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.</p>
Objetivos	<p>Conhecer a história de subjugação, exploração sofrida pelas amas de leite no período escravagista e identificar nessas práticas aspectos de racismo e sexismo;</p> <p>Instigar reflexões acerca de como mulheres negras, são atravessadas por uma tripla opressão (de gênero, raça e classe) e como esse cenário as coloca em maior vulnerabilidade;</p> <p>Compreender o significado de democracia racial tão difundido, procurando identificar que este conceito, na verdade, tratou-se de um “mito”, que contribuiu de maneira negativa para o aumento das diferenças e incentivo à discriminação racial.</p>
Conteúdos	O papel da ama de leite no período escravagista e racismo e o sexismo na cultura brasileira e o mito da democracia racial.

Duração	3 aulas
Recursos didáticos	<p>Apresentação em Power point;</p> <p>Computador;</p> <p>Projetor;</p> <p>Caixa de som;</p> <p>Textos complementares;</p> <p>Vídeos;</p> <p>Imagens impressas tanto da artista quanto da obra a ser trabalhada (caso a escola não tenha Datashow).</p>
Metodologia	<p>Iniciar a aula mostrando as obras Ama de leite dos anos de 2005 e 2008 (figura 9) da artista plástica Rosana Paulino, em seguida indagar aos alunos que mensagem essas representações passam para eles. Após, mostrar um anúncio do período colonial que mostra a comercialização dessas mulheres na condição de escravizadas para desempenhar o papel de ama de leite e exercer outras funções em famílias constituídas por pessoas brancas.</p> <p><i>“Vende-se uma crioulla de 18 anos de idade, sem o menor defeito, muito ellegante e propria para ama de leite por ter um filho recém-nascido: lava, engomma e cozinha perfeitamente, rua da Alfândega n. 251, sobrado”</i></p> <p><i>“Aluga-se para ama de leite, uma preta de 17 dias de parto, com uma filha, muito carinhosa, garantindo-se a sua boa conducta, na rua da Candelária n.27”</i></p> <p><i>“Aluga-se uma parda escura, para ama de leite, muito carinhosa, de bom comportamento, com leite de seis dias, em casa da parteira Meirelles, travessa das partilhas n.10, sobrado (...).”</i></p> <p>Logo depois explicar a ama de leite dentro do contexto de escravidão e colonização. Vale ressaltar a problematização acerca da condição imposta às mulheres negras escravizadas e as implicações que essas imposições sempre foram duramente atravessadas pelo racismo e sexismo. Todavia, a historiografia oficial romantizou todo esse processo, principalmente por difundir ideias sustentadas a partir do paternalismo e do mito da democracia racial. Então, o professor enquanto mediador poderá</p>

começando a explicar que a mulher negra escravizada e na condição de ama de leite era considerado um ofício no Brasil escravocrata, de antes e de depois da Abolição. O texto 5 (ANEXO A) pode ser utilizado para auxiliar durante a explicação nesse momento.

Para a condução desta aula, será necessário estar apropriado do conceito de mito da democracia racial, descrito na obra “Casa grande e senzala”, publicada no ano de 1933, de Gilberto Freyre e trazer problematizações que faça com que o aluno perceba que a teoria Freiriana contribui para divulgar um Brasil tradicional que não admitia a existência de preconceito e discriminação racial, uma democracia racial, ou seja, mostrar que o Brasil é um país carregado de racismo e desigualdade social, desmascarando o “mito” da democracia racial brasileira, entendido aqui como um relato fantasioso, uma lenda, algo que não possui comprovação.

O objetivo desta aula é fazer com que os alunos compreendam o significado de democracia racial difundido no decorrer dos tempos, procurando identificar que este conceito, na verdade, tratou-se de um “mito”, que contribuiu de maneira negativa para o aumento das diferenças e incentivo à discriminação racial. Um aspecto desse “mito” é discutido por Bernardino (2002) e pode ser utilizado para complementação do tema.

Para a segunda aula será utilizado um trecho da música “A carne”, de Elza Soares. O trecho a ser utilizado está presente no texto 6 (ANEXO A). Para que haja a promoção de uma aula significativa e motivadora, é importante pensar em estratégias que incentivem o protagonismo dos alunos e que atribuam sentido à temática estudada. Logo, com a intenção de auxiliar na ministração desta aula, descrevemos algumas importantes orientações para a condução deste momento: iniciar a aula mostrando uma imagem de Elza Soares, em seguida perguntar para a turma se eles conheciam essa artista. Falar acerca de sua biografia, em que o texto 7 (ANEXO A) pode ser utilizado enquanto apoio, ressaltando a sua contribuição para a arte e a cultura brasileira. Logo depois, socializar com a turma o vídeo clipe da música “A carne”. Após sua exibição, lançar alguns questionamentos para a turma, instigando assim algumas reflexões sobre o trecho da música destacado:

- 1) “Qual questão social brasileira é retratada na música? ”

	<p>2) “Qual a intenção da letra ao afirmar que ‘a carne mais barata do mercado é a carne negra?’”</p> <p>3) “Quais os problemas sociais enfrentados pela população negra no Brasil?”</p> <p>4) “Por que vocês acreditam que estes problemas sociais envolvendo a população negra no Brasil ainda acontecem?”</p> <p>Dessa maneira, oportunize que os estudantes exponham o que pensam, pois o que se almeja nesses momentos é saber quais relações eles conseguem perceber por meio da análise da música. Espera-se que os alunos consigam identificar que a letra compartilhada traz uma crítica aos diversos tipos de opressão e violência sofridos pela população negra no Brasil, que, mesmo se declarando para as outras nações como uma democracia racial, ou um país sem racismo, o que se percebe na prática é que se perpetuam ainda hoje ideias, pensamentos, comportamentos e estereótipos do período da escravidão que se reinventam cotidianamente.</p>
Avaliação	Avaliação contínua
Referências	<p>PINTO, T.R. Rosana Paulino e a arte de humanizar mulheres negras. Primeiros Negros, [s.d.]. Disponível em: https://primeirosnegros.com/rosana-paulino-e-aarte-de-humanizar-mulheres-negras/</p> <p>¿HISTÓRIA NATURAL? USINA, 2023. Disponível em: https://revistausina.com/2023/04/11/historia-natural/</p> <p>BERNARDINO, J.. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, v. 24, n. 2, p. 247–273, 2002.</p>

Figura 9 - *Ama de Leite I* (2005) e *I e II* (2008)



5.5. Sequência didática pedagógica 5

Quadro 5 - Plano de aula 13, 14 e 15

Tema	A obra <i>Parede da memória</i> , 1994, da artista Rosana Paulino e a importância da ancestralidade para a construção da Identidade do negro brasileiro.
Unidade temática	História
Objetos de conhecimento	Ancestralidade. Obra <i>Parede da memória</i> de Rosana Paulino. Identidade.
Habilidades	EF09HI14: Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais; EF09HI17: Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946;

	EF09HI18: Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.
Objetivos	<p>Reconhecer a existência da pluralidade e da diversidade como elementos de história, cultura e memória dos afrodescendentes;</p> <p>Perceber a importância da ancestralidade para a construção da identidade;</p> <p>Instigar reflexões acerca de como os processos de epistemicídio e o apagamento cultural favoreceram o processo de colonialidade.</p>
Conteúdos	Ancestralidade: Reflexões acerca da história, memória e cultura a partir da análise da obra “Parede de memória” de Rosana Paulino, de 1994.
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	<p>Apresentação em Power point;</p> <p>Computador;</p> <p>Projektor.</p>
Metodologia	<p>Na primeira aula será apresentado o tema Ancestralidade por meio da obra Parede da memória de Rosana Paulino (figura 10), enfatizando que essa obra procura refletir e resgatar, ao mesmo tempo, a ancestralidade e como estar profundamente ligada à sua produção artística. Visando uma aula significativa serão lançados a turma alguns questionamentos, tais como: O que eles compreendem acerca da ancestralidade? Você conseguiria relatar a história de cada um de seus ancestrais (podendo ser avós, pais, tios...) e como eles influenciam sua própria vida? Você ocupa um lugar central ou marginal em relação a sua cultura? Depois de escutá-los, trazer à turma alguns aspectos que caracterizam o tema e o quão importante é essa abordagem para conseguirmos entender e construir a nossa identidade.</p> <p>Em seguida será socializado o documentário “Raízes” Teaser. Logo após a exibição desse vídeo, será instigado com a turma que a ancestralidade é a história que começa com as pessoas que vieram antes</p>

	<p>de nós e que é carregada de sabedoria, identidade, pertencimento e inventividade que vai gerando o nosso passado, presente e futuro, estabelecendo relações que vão se conectar com a humanidade.</p> <p>Esse primeiro momento é extremamente importante porque vai possibilitar reflexões e conseqüentemente a construção de ideias sobre esse termo possui um valor civilizatório africano e que pode ensinar muito pessoas negras. Em um segundo momento será proposto que a turma faça uma investigação mais profunda sobre suas famílias, onde a finalidade é que cada aluno possa conhecer mais sobre sua própria origem e dos seus antepassados. Para isso eles terão que registrar em caderno essas histórias e junto a essa pesquisa será solicitado aos alunos que tragam para aula imagens de seus familiares. No terceiro momento será compartilhado com a turma as histórias pesquisadas sobre os seus ancestrais e as imagens relacionadas a essas histórias. Tais atividades são importantes porque vivemos em uma sociedade bastante excludente e no âmbito escolar não é diferente.</p> <p>Portanto torna-se necessário perceber que somente respeitando os que nos precederam é que respeitaremos o que somos e deixaremos legado significativo para as gerações futuras. Nas aulas serão sugeridos textos complementares 8, 9, 10 e 11 (ANEXO A) para que seja estabelecida alguma relação com o tema ancestralidade. A finalidade desses textos é justamente possibilitar uma discussão mais plural e diversificada do tema.</p>
Avaliação	A avaliação se dará por meio da participação e comprometimento com as atividades propostas.
Referências	<p>SANTOS, M.L.C dos. Mulheres Negras e os títulos acadêmicos desde nossa ancestralidade. Portal Geledés, 2021. Disponível em:</p> <p>https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-e-os-titulos-academicos-desdenossa-ancestralidade/</p> <p>A arte negra e o legado da nossa ancestralidade. Mundo Negro, 2021. Disponível em:</p> <p>https://mundonegro.inf.br/a-arte-negra-e-o-legado-da-nossaancestralidade/</p> <p>Ancestralidade, políticas públicas e protagonismo negro. Observatório de Favelas, 2022. Disponível em:</p> <p>https://observatoriodefavelas.org.br/ancestralidade-politicas-publicas-eprotagonismo-negro/</p>

Raízes O Filme. Raízes – Teaser. Youtube, 19 nov. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i8Tr1pJsri0&t=34s>

Figura 10 - Recorte 'Parede da Memória', 1994



5.6. Sequência didática pedagógica 6

Quadro 6 - Plano de aula 16, 17 e 18

Tema	Ancestralidade
Unidade temática	Língua Portuguesa
Objetos de conhecimento	Ancestralidade
Habilidades	<p>EF69LP01: Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso;</p> <p>EF69LP02: Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, outdoor, anúncios e propagandas em diferentes mídias, spots, jingle, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e / ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros;</p> <p>EF09LP02: Analisar e comentar a cobertura da imprensa sobre fatos de relevância social, comparando diferentes enfoques por meio do uso de ferramentas de curadoria;</p> <p>EF09LP03: Produzir artigos de opinião, tendo em vista o contexto de produção dado, assumindo posição diante de tema polêmico, argumentando de acordo com a estrutura própria desse tipo de texto e utilizando diferentes tipos de argumentos – de autoridade, comprovação, exemplificação princípio etc;</p> <p>EF69LP13: Engajar-se e contribuir com a busca de conclusões comuns relativas a problemas, temas ou questões polêmicas de interesse da turma e/ou de relevância social;</p> <p>EF69LP14: Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e</p>

	<p>buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma;</p> <p>EF69LP15: Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.</p>
Objetivos	<p>Compreender a definição de ancestralidade.</p> <p>Reconhecer a importância da ancestralidade para a construção da identidade.</p> <p>Instigar a reflexão do tema.</p>
Conteúdos	<p>A importância da ancestralidade para a construção da nossa identidade por meio da análise da obra Parede da Memória, de Rosana Paulino.</p>
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	<p>Datashow;</p> <p>Folha de papel ofício;</p> <p>Cartolina;</p> <p>Lápis de cor;</p> <p>Giz de cera;</p> <p>Caneta Hidrocor;</p> <p>Jornais atuais;</p> <p>Imagens.</p>
Metodologia	<p>Iniciar a aula solicitando aos alunos que relembrem o tema Ancestralidade, que havia sido discutido na aula do componente curricular História.</p>

	<p>A partir das colaborações dos alunos, propor a construção de um jornal que será realizado em grupo, mas apresentar a eles uma matéria, um artigo ou uma notícia do jornal previamente selecionada pelo professor.</p> <p>Nessa construção deverá ter informações que explorem o tema relacionando à obra “Parede da memória” e imagens de familiares. Após a finalização desse trabalho solicitar que as equipes apresentem para a turma o produto final. A finalidade dessas atividades é justamente reforçar a importância da ancestralidade para a construção da identidade tendo como referência a obra Parede da memória de Rosana Paulino.</p>
Avaliação	Autoavaliação dos alunos e alunas sobre o significado da atividade e sobre os impactos das descobertas.

5.7. Sequência didática pedagógica 7

Quadro 7 - Plano de aula 19, 20 e 21

Tema	Ancestralidade
Unidade temática	Arte
Objetos de conhecimento	Ancestralidade e a obra Parede da memória de 1994
Habilidades	<p>EF69AR01: Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético;</p> <p>EF69AR02: Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço;</p> <p>EF69AR04: Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc) na apreciação de diferentes produções artísticas;</p> <p>EF69AR06: Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais;</p> <p>EF69AR07: Dialogar com princípios conceituais, proposições temáticas, repertórios imagéticos e processos de criação nas suas produções visuais;</p> <p>EF69AR31: Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética;</p> <p>EF69AR33: Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística;</p>

	<p>EF69AR34: Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas;</p> <p>EF69AR35: Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.</p>
Objetivos	<p>Conhecer a obra Paredes de memória e os temas gerados a partir da sua análise;</p> <p>Enfatizar a importância do tema e como ele é necessário para a nossa compreensão enquanto sujeito da história;</p> <p>Destacar a importância das produções artísticas de Rosana Paulino e os temas abordados em suas obras.</p>
Conteúdos	Discutir ancestralidade a partir da análise da obra Parede da memória, 1994 de Rosana Paulino.
Duração	3 aulas
Recursos didáticos	<p>Datashow;</p> <p>Papel 40 Kg;</p> <p>Cartolina;</p> <p>Lápis de cor;</p> <p>Giz de cera; • Caneta Hidrocor;</p> <p>Imagens.</p>
Metodologia	<p>Iniciar a aula socializando a imagem da obra Parede da memória, da artista visual Rosana Paulino. Em seguida explicar que essa obra foi realizada quando a artista ainda era estudante, que se trata de uma instalação e que é composta por 11 fotografias da família Paulino que se repetem ao longo do painel, formando um conjunto de 1.500 peças. As fotos são distribuídas em formatos de “patuás” – pequenas peças usadas como amuletos de proteção por religiões de matriz africana.</p>

O mural se transforma em uma denúncia poética sobre a invisibilidade dos negros e negras que não são percebidos como indivíduos. Porém, quando os 1.500 pares de olhos são postos na parede, “encarando” as pessoas, eles deixam de ser ignorados. Seguidamente, esclarecer a eles que a instalação é um tipo de arte que pode modificar o ambiente, pode estimular todos os sentidos, e normalmente é temporária. Trazer a definição de patuá: elemento considerado sagrado onde várias religiões podem fazer uso, normalmente servindo como proteção.

Logo após, mostrar como esses elementos estão presentes na obra Parede da memória de Rosana Paulino. Ainda sobre esse momento, pode ser compartilhado o vídeo Parede da memória (disponível no Youtube). Ao final da visualização do vídeo pedir para os alunos que compartilhem suas impressões acerca dos temas gerados a partir da obra.

Nessas sequências didáticas, vale ressaltar a técnica utilizada para essa produção artística e explorar que, em 1994, a instalação “Parede da Memória” gerou visibilidade à artista.

Uma grande composição formada por diversas fotos de seus familiares foi impressa sobre tecido, retocadas com aquarela, preenchidas de algodão e molduradas com bordado manual, remetendo aos patuás. Desse modo buscar mais uma vez a biografia dessa artista que já havia sido apresentada na primeira sequência didática. Para isso, pode ser utilizado as seguintes informações de Simões (2022):

Ainda no ambiente familiar, Rosana e suas irmãs também foram estimuladas pela mãe a criarem seus próprios brinquedos com barro, a desenharem personagens, recursos que também permaneceram na atuação como artista que o futuro lhe reservara.

Desde muito cedo está coisa da manualidade, e até mesmo o senso estético, foram sendo desenvolvidos no dia a dia. No entanto, sempre tive também um fascínio pela biologia, principalmente por morar numa casa de periferia, com um quintal grande de frente, outro quintal grande ao fundo. Apareciam bichos selvagens, sapos, rãs, abelhas etc.”, lembra.

De início, contudo, Rosana se sentia, ela ressalta, dividida entre a biologia e as artes plásticas. Já na universidade, não pensava em ser artista. “Entre porque gosto muito de museus e pesquisa. Eu tinha uma inclinação científica”, conta Rosana, que foi assistente de restauro e conservação no MAC USP, no início dos anos 1990. “Essa inclinação continua até hoje, tanto que me considero uma artista muito técnica, que pesquisa áreas que não estavam presentes na construção da visualidade, da representação

	<p>negra e da produção brasileira. Eu então comecei a trilhar um caminho diferente, pensando a questão da negritude.</p> <p>Para finalizar essas sequências didáticas será proposto aos alunos que construam um grande painel que possam retratar o tema “Quais são os legados dos nossos antepassados”, nessa atividade prática eles podem escolher as técnicas e materiais que serão usados na execução da atividade. O resultado será exposto para a comunidade escolar.</p>
Avaliação	Participação, assiduidade e a verificação da aprendizagem por meio das atividades propostas
Referências	PAULINO, R. Parede da Memória - Rosana Paulino. Youtube, 13 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vkFdzF4y6c0&t=28s .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, deixo evidente novamente o que me motivou estudar as obras dessa artista foram as inúmeras possibilidades de se trabalhar em sala de aula de maneira prazerosa e significativa assuntos que, se não forem trabalhados a partir de uma perspectiva que instigue o aluno a problematizar, podem se tornar maçante e as produções visuais de Rosana Paulino favorecem abordagens instigantes, pertinentes, necessárias, significativas e prazerosas.

Evidenciando que quando vejo minha trajetória enquanto professora e os espaços escolares que já passei, percebo interesse de inúmeros profissionais da educação em manter um currículo mantenedor do sistema opressor, que não dá vez nem voz aos grupos sociais minorizados (sociologicamente e não demograficamente). Portanto, sinto que é fundamental que haja profissionais da educação preocupados, de fato, em se tornar um educador antirracista e que busquem de forma consciente estratégias eficazes para a execução de práticas pedagógicas antirracistas.

Quando a escola se propor de fato a exercer essas práticas que combatam o racismo estrutural e consolidado, que seja feita de forma responsável e que almeje desconstruir esses conceitos e definições equivocados tão disseminados nos conteúdos escolares, e que essas ações não sejam pontuais, nem se restrinjam apenas ao 13 de maio ou 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra. Essas ações educativas além de importantes são urgentes, então é necessário que seja fomentado em toda comunidade escolar essa vontade, esse desejo de entender que precisamos pensar em um mundo mais plural e que essa pluralidade possa ser reconhecida e aceita.

Em vista disso, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e todas as abordagens que podemos realizar por meio desses saberes, após a aprovação da Lei nº 10.639/03, são necessárias para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Por conseguinte, nós professores exercemos um papel relevante nesse processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Ainda entendendo como grande desafio a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 e consequentemente a implementação de práticas pedagógicas antirracistas na atualidade, faço uso da reflexão trazida por Maria da Guia Viana (2015, p. 113):

A educação étnico-racial se configura como um desafio para uma educação democrática na política pública educacional do País, visto que a educação ainda é promovida a partir de modelos rígidos e excludentes, que não possibilitam o êxito escolar para todos que a ela têm acesso, mantendo ainda uma imobilidade nas ações acerca da educação antirracista, invisibilizando o valor cultural e a contribuição positiva das diversas etnias nelas existentes, dessa maneira gerando desigualdades sociais.

Por conseguinte, o que podemos perceber também é que a promoção de uma igualdade racial por meio da implementação da Lei nº 10.639/03 traz consigo uma ruptura nas práticas pedagógicas, que não reconhecem as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional (Viana, 2015).

Nessa perspectiva, se faz necessário buscar também elementos que podem nos ajudar a compreender como o currículo oficial está inserido e como podemos desconstruí-lo a partir do nosso compromisso enquanto educador antirracista.

Desse modo, tomo também como referência o estudo sobre os referenciais de Subjetivação, de modo especial a parte III, do livro de José Castiano (2010), onde ele pontua entre os aspectos a Subjetivação e a Afrocentricidade e traz para o seu trabalho pensamentos de outros estudiosos que problematizaram questões que nos ajudaram a entender essa construção do pensamento universalista e positivista a partir de uma visão eurocêntrica tão presente no currículo nacional brasileiro.

Castiano (2010) destaca a importância de se colocar o africano como sujeito da história, ou seja, como protagonista e não como objeto de estudo. No decorrer da obra é possível observar as construções feitas durante muito tempo acerca do sujeito africano enquanto objeto que são atravessadas pela imagem criada dos povos tradicionais tidos como primitivos. Então, diante dessa perspectiva, povos colonizadores interessavam-se apenas em saber como esses grupos sociais tradicionais pensavam, agiam, viviam, entre outros aspectos, onde eles eram colocados sempre em uma posição de objetos de estudos. A obra de Castiano parte justamente da ideia de que esse mesmo sujeito que é objetivado é o que almeja a sua auto inscrição nesta história do pensamento. Todavia para que isso ocorra de forma eficaz é necessário conhecer essa corrente denominada como Afrocentricidade.

Com o objetivo de contribuir para a superação da marginalização e da desigualdade, principalmente no âmbito escolar, esse trabalho visa possibilitar algumas ferramentas para práticas pedagógicas antirracistas.

Assim sendo, é importante reafirmar a importância de nós educadores pensarmos em um processo pedagógico que tenha por objetivo uma educação emancipatória e libertadora e que possa resgatar essa nossa ancestralidade extremamente potente, dessa maneira levando para nossas crianças e adolescentes uma história que desde muito tempo sofreu apropriação por parte de outros povos pois foi escrita por nações dominantes. Mas que ainda sim resistiu e sobreviveu a todos esses processos de epistemicídio de construção de pensamento e conhecimento.

Portanto, entendo que a nossa missão enquanto educadores comprometidos com essa educação antirracista e emancipatória é possibilitar a mediação de conhecimentos que visam levar aos alunos o conhecimento de suas origens e da grande contribuição daqueles que vieram antes no âmbito da cultura, da ciência, do pensamento e do conhecimento para que de fato haja uma consciência social e histórica do povo brasileiro.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.A.B.; SANCHEZ, L.P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Revista ProPosições**, v. 28, n. 1 (82), p. 55-80, jan-abr, 2017. Disponível em: 10.1590/19806248-2015-0141

ANDRADE, M.P. Movimento Negro, educação e os princípios da Lei 10.639/03. **Revista AEDOS**. Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 194-216, Dez. 2017

BERNARDINO, J.. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247–273, 2002.

BEVILCQUA, J.R.S. O vazio na obra de Rosana Paulino. In: PAULINO, Rosana. **Rosana Paulino: a costura da memória**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12191.pdf>

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

BRASIL. **LEI nº 10.639**, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. **Educação Africanidades Brasil**. Brasília: MEC. 2006.

CASTIANO, J.P. **Referenciais da Filosofia Africana: Em Busca da Intersubjectivação**. 1ª ed. Maputo. Ndjira. 2010.

COSTA, T. A.; RIBEIRO, D. Diálogos entre as artes, a educação e a história: considerações a partir das produções de Luís Gama e de Rosana Paulino. **Revista Farol**, [S. l.], v. 17, n. 25, 2022. DOI: 10.47456/rf.v1i25.36559. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/36559>. Acesso em: 21 out. 2023.

GENESTRI, G. 'Estava cansado de ler HQs com heróis brancos', diz diretor de Pantera Negra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/estava-cansado-de-ler-hqs-com-herois-brancos-diz-diretor-de-pantera-negra.shtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010440602013000100003>

GOMES, N.L. Educação Cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

LOPES, Fabiana. O. Rosana Paulino: o tempo do fazer e a prática do compartilhar. In: PAULINO, Rosana. **Rosana Paulino: a costura da memória**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12191.pdf>

PAULINO, Rosana. **Imagens de sombras**. São Paulo: R. Paulino, 2011. 98 p.: il. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

PAULINO, Rosana. **Rosana Paulino** [site da autora], [s.d]. <https://rosanapaulino.com.br>.

PICCOLI, V.; NERY, P. Rosana Paulino: a costura da memória. In: PAULINO, Rosana. **Rosana Paulino: a costura da memória**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12191.pdf>

PINHEIRO, B. C.S.; ROSA, K. **Descolonizando saberes: a LEI 10639/2003 no ensino de ciências**. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

PINHEIRO, B.C.S. **@Descolonizando_saberes: mulheres negras na ciência**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, A.P. "Atlântico Vermelho", de Rosana Paulino. **Site Buala**, 24 out. 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/atlantico-vermelho-de-rosanapaulino>. Acesso em: 21 out. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, G.; SILVEIRA, B.; CARVALHO, O. Atlântico Vermelho. **Ignorância Times**, 2020. Disponível em: <https://ignoranciatimes.com.br/rosana-paulino-atlanticovermelho>. Acesso em: 20 set. 2023.

SIMÕES, E. Ancestralidade, território e ciência. **Arte Brasileiros**, 2023. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/artista/rosana-paulino/>

TVARDOVSKAS, L. S. Rosana Paulino: "É tão fácil ser feliz". **Revista Gênero**, v. 10 n. 2, p. 235-256, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v10i2.25>

VASCONCELLOS, L. F.; RODRIGUES, R. L. Impulso Historiográfico na prática artística de Rosana Paulino: o caso da exposição Atlântico Vermelho no Padrão dos Descobrimentos (2017). **Revista Farol**, [S. l.], v. 17, n. 24, p. 69–79, 2021. DOI: 10.47456/rf.v17i24.35568. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/35568>. Acesso em: 21 out. 2023.

VIANA, M.G. **Os desafios da implementação da Lei Federal nº 10.639/03: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e a política educacional do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2015.

ANEXO A – Textos Suplementares

TEXTO 1

Rosana Paulino e a arte de humanizar mulheres negras

A primeira artista visual negra a ter o título de doutora e a ganhar exposição individual em uma das maiores instituições de arte do país é, também, pioneira na discussão sobre raça e gênero na arte nacional.

Este o texto histórico – contido na programação oficial da Pinacoteca -, que marca o pioneirismo desta artista visual negra que escancara suas buscas pessoais e reflexões para ressignificar a história do negro o Brasil.

Voz singular em sua geração, Rosana Paulino surge no cenário artístico paulista em meados dos anos 1990, propondo, com audácia, um debate aberto sobre questões de raça e de gênero.

Sua primeira obra coloca 1.480 pares de olhos, todos familiares seus, encarando insistentemente o observador de sua arte, em Parede da Memória, 1994. Três anos, depois, em 1997, traz imagens incômodas de mulheres com olhos e boca suturados por uma costura grosseira na série que chamou Bastidores.

Tudo fala de violência exercida sobre corpos negros, de silenciamento, de invisibilidade, mas também de persistência. Seu mote é a representação dos negros, a sua quase ausência nos mais variados aspectos da vida dos brasileiros e na história, sobretudo na história das artes visuais.

Para escrever esta narrativa que não começa, não se limita nem se encerra no período de escravidão, Rosana Paulino se volta ao próprio existir e, assim, faz nascer a sua arte.

Os primeiros trabalhos já revelam o modo experimental com que se manifestaria e como sua obra seria questionada pela Academia, que insiste em diferenciar arte e o que qualifica como arte-artesanato(?!).

Sua instalação, a Parede da Memória, se constrói a partir da reprodução de onze pequenos retratos de família que se multiplicam e se agrupam em diferentes combinações, inseridos em almofadas preenchidas com algodão e emolduradas por uma costura manual ao modo de patuás.

Este tipo de questionamento que diferencia arte de arte-artesanato, na análise de Rosana Paulino, é “típico de uma sociedade que não enxerga a produção do outro como produção intelectual, e que tenha valor por si só em trazendo aspectos da sua cultura”.

“O artista traz suas especificidades para a sua obra. Eu absorvo esta experiência típica da minha cultura. A partir do momento que trago um elemento tido como primordialmente feminino, trago também questionamentos, porque a costura é uma atividade desvalorizada e minha mãe foi bordadeira durante muito tempo para ajudar nos nossos estudos. Quer dizer, a costura tem, para mim, uma questão afetiva.”

Os patuás – pequenas peças usadas como amuletos de proteção por religiões de matriz africana – fazem parte da memória da artista, da sua infância, bem como os retratos de família. E é assim que ela expressa a busca por identidade, na reunião de todos, para tornar manifesta a força da representação.

Em outras palavras, arte inclui raiz, ancestralidade. Ou, como ela resume: “Todo artista bebe na própria fonte. “

E Rosana permite que tudo se mescle, se misture, reproduzindo fotos em tecido a partir de métodos próprios de criação. Com liberdade, associa saberes populares a diferentes técnicas artísticas, permite o diálogo com a história da arte não só em suas instalações, gravuras, desenhos, esculturas e no que mais encontrar, sempre a serviço do questionamento da visão colonialista da história que subsidia a (falsa) noção de democracia racial brasileira.

Sua exposição pioneira reuniu as suas das primeiras obras decisivas, do início de sua carreira: Bastidores e Parede da Memória.

A primeira, já referenciada neste artigo, traz uma série de suportes para a prática do bordado com a reprodução de fotografias de mulheres de sua família, impressas sobre tecido, com linhas pretas amordaçam gargantas e vedam olhos de mulheres negras.

O termo bastidor é, ao mesmo tempo, o suporte para a obra e o cenário de violência contra a mulher. A expectativa da delicadeza do bordado é contrariada na denúncia da violência camuflada pelas paredes domésticas.

A segunda obra, de maior visibilidade, é a das 1480 imagens, dos 1480 pares de olhos, Parede da Memória, feita em tecido, microfibras, xerox, linha de algodão e aquarela, com

elementos de 8,0x8,0x3cm, um trabalho fundamental na discussão negra da arte contemporânea.

É ela quem diz: Parede da Memória é uma instalação para homenagear e proteger seus antepassados.

Com este jeito de fazer arte, de investigar, de forma natural, a sua ancestralidade, em uma poética e poderosa denúncia sobre a invisibilidade de negros e negras, que não são percebidos como indivíduos, mas como um grupo de anônimos, a jornada de Rosana Paulino enfrenta os desafios dos pioneiros e pioneiras que ousam contar de si.

Suas obras têm a experiência da mulher negra refletida não só no conteúdo como na forma, o que também explica ser a costura é um dos elementos mais presentes.

A primeira artista negra brasileira a ter o título de doutora tem diploma da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Com a pesquisa Imagens de Sombras, na qual investiga a construção da imagem da mulher negra no Brasil, entre as marcas deixadas pela escravidão e desigualdades de gênero, Rosana Paulino não só doutorou-se em Poéticas Visuais, como conquistou Prêmio Nacional de Expressões Afro-Brasileiras, em 2011.

Denunciar a violência é uma das ações permanentes na sua arte. Antes, entre 2005 e 2008, na série Ama de Leite, Rosana propôs formas dissociadas que retiram a subjetividade de esculturas sem rostos e membros, expondo a visão escravocrata que desconsiderava o fato de existir um ser humano cumprindo a função de ama de leite – e ela coloca fitas coloridas presas aos muitos pares de seios, tal como um fluxo de leite, saindo em direção a bonecos presos nas extremidades.

A fotografia é pensada em diálogo com o desenho e a gravura na série Assentamento, na qual Rosana quer ressignificar as pseudociências, que tentaram justificar a exploração dos negros durante o regime escravocrata.

Para isso, ela utiliza retratos de “tipos brasileiros” produzidos pelo fotógrafo francês Auguste Stahl (1824-1877) para o livro Viagem ao Brasil, de Louis Agassiz, naturalista suíço que investiga teorias de superioridade racial!!!

Faz reproduções dessas fotografias em tamanho natural, impressas em tecidos, recortadas e rearranjadas em costura rústica, que expõem suturas entre as partes mutiladas da imagem.

Intervenções gráficas sinalizam o processo de cicatrização e enraizamento, metáfora do trauma das pessoas que foram sequestradas de seus territórios pela escravidão e a necessidade de “refazimento”, como estratégia de sobrevivência.

“A figura que deveria ser uma representação da degeneração racial a que o país estava submetido, segundo as teorias racistas da época, passa a ser a figura de fundação de um país, da cultura brasileira. Essa inversão me interessa”, comenta a artista.

A série, segundo ela, se concentra na reflexão do sequestro da cultura de africanos e africanas que, mesmo assim, conseguiram reconstruir, mas seguiram com marcas:

“Eu reconstruo essas imagens, faço suturas nas fotos, mas dá para perceber que as partes não se encaixam perfeitamente: isso é a escravidão”.

Com o mesmo propósito, em *¿História Natural?* de 2016, ela se vale da forma mais clássica de divulgação e propagação do saber ocidental, os livros, para questionar as teorias científicas utilizadas para justificar a escravidão.

As filhas de Eva, as séries *Musa paradisíaca* e *Geometria Brasileira* também insistem neste questionamento do olhar estrangeiro, dos viajantes que percorreram o Brasil durante o século XIX, olhar que exclui e/ou “exotiza” a sociedade brasileira e a escravidão.

Grandes tecidos compostos de partes costuradas, com imagens transferidas de fotografias ou gravuras existentes, chamam atenção para a violência com que é tratada a população negra e convida à reflexão crítica sobre a contemporaneidade e a vida da própria artista.

Rosana Paulino não é negacionista, é mulher, negra, antirracista e fascinada pelo conhecimento científico e, em especial, pela ideia da vida em eterna transformação.

Tal paixão se revela em seus desenhos – um aspecto pouco abordado em sua obra. Mas tudo sem perder o foco: raça e gênero.

O estudo da biologia simbólica a fez criar uma série de desenhos intitulada Os ciclos da vida de um inseto, com reflexões filosóficas que buscam estabelecer simetrias com as mutações no corpo feminino:

“A mulher é ligada aos insetos em algumas culturas e eu busco quebrar com estereótipos de gênero ao refletir sobre a força da natureza feminina”.

O mesmo tema das transformações aparece na instalação Tecelãs, com cerca de 100 peças em faiança, terracota, algodão e linha, em espaço tridimensional.

Disponível em: <https://primeirosnegros.com/rosana-paulino-e-aarte-de-humanizar-mulheres-negras/>

TEXTO 2

¿HISTÓRIA NATURAL?

Rosana Paulino é uma artista plástica paulista e doutora em Artes Visuais pela USP. Seu trabalho é pautado por questões sociais, principalmente através de reflexões sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Seu trabalho traça conexões entre a memória pessoal e a memória coletiva do Brasil. Paulino trabalha com diferentes linguagens, como fotografia, gravura, desenho e costura, escultura.

Em ¿História Natural? (2016) a artista trabalha com colagens de imagens históricas para pensar sobre a desterritorialização da escravidão. Usando imagens de livros de história natural da época da colonização brasileira, a artista questiona o papel da ciência no racismo.

Disponível em: <https://revistausina.com/2023/04/11/historianatural/>

TEXTO 3

História apagou o quanto os africanos escravizados enriqueceram o Brasil, diz Laurentino Gomes

ENVIADO POR / FONTE Por Vinícius Pereira, da BBC

Cerca de 2 milhões de pessoas foram arrancadas de suas terras na África, marcadas a ferro quente, embarcadas em navios, e comercializadas como se fossem produtos no Brasil ao longo de 100 anos.

Não à toa, esse movimento deixou profundas cicatrizes na sociedade brasileira até hoje, mas, mesmo com tamanha importância, ainda é insuficientemente discutido.

“A escravidão é o assunto mais importante da história do Brasil, sem ela você não consegue entender nenhum acontecimento histórico”, diz Laurentino Gomes, sete vezes ganhador do Prêmio Jabuti de Literatura.

Prestes a lançar a segunda edição de uma trilogia sobre a escravidão no Brasil, Gomes conversou com a BBC News Brasil sobre o tema. Para o autor, que também já escreveu outros três best sellers sobre a história do Brasil, a escravidão não é assunto apenas para livros de história ou museus, mas ainda se demonstra na realidade do país em pleno século 21.

“A escravidão está nos indicadores sociais até hoje. Há um abismo entre números referentes ao Brasil branco e o Brasil negro, além do racismo, que é como uma ferida que fica abrindo a toda hora”, afirma.

“A contribuição dos africanos é enorme, não só do ponto de vista econômico, mas na formação do caráter, do comportamento, das crenças religiosas, da culinária, da música, da dança, do jeito de as pessoas se relacionarem umas com as outras; eu diria que a raiz disso é africana”, conta.

O livro *Escravidão – Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de Dom João ao Brasil* concentra-se entre 1700 e 1800, auge do tráfico negreiro no Atlântico, motivado pela descoberta das minas de ouro e diamantes em território brasileiro e pela disseminação, em outras regiões da América, do cultivo de cana-deaçúcar, arroz, tabaco, algodão e outras lavouras e atividades de uso intensivo de mão-de-obra africana escravizada.

“As pessoas mais ricas do Brasil no final do século 18 não eram senhores de engenho, barões do café, já não eram mais os mineradores de ouro e diamante, mas sim os traficantes de escravos. A compra e venda de pessoas se tornou o maior negócio do Brasil e do mundo nessa época”, afirma.

De acordo com o autor, para além da influência social marcante, os negros escravizados também auxiliaram o desenvolvimento econômico do país, contribuindo com a tecnologia necessária para a descoberta e exploração das minas de ouro e diamantes em território brasileiro.

“A própria tecnologia de mineração de Minas Gerais aparentemente veio da África e não da Europa. Os portugueses sabiam fazer açúcar, mas não sabiam garimpar ouro e diamante. Quem sabiam eram os africanos, que conheciam essas tecnologias muito bem”, afirma.

“Isso muda bem a visão da escravização e da própria construção do Brasil. A tecnologia e o conhecimento que permitiram a construção do Brasil e de seus muitos ciclos econômicos eram africanos.”

Apesar da importância desse acontecimento histórico para a formação do Brasil atual, a história ainda é pouco contada pelo ponto de vista dessas pessoas escravizadas, pois há um processo de apagamento histórico da contribuição dos africanos ao país.

“Esse projeto de apagamento se reflete nos livros de história, livros didáticos, como se a construção do Brasil fosse exclusivamente branca e europeia e todos os demais agentes fossem autores secundários. Quando você mergulha de fato na história da escravidão, você vê que, na realidade, essas pessoas escravizadas são protagonistas”, disse.

Segundo Gomes, a imagem de uma escravidão mais sutil e benévola ao cativo por aqui, forjando uma identidade brasileira de gente pacífica, ordeira e honesta, é uma construção imposta pelo Estado e não corresponde à realidade da época.

“A característica principal da escravidão era a violência”, diz.

Confira a entrevista de Laurentino Gomes à BBC News Brasil:

BBC News Brasil – Você vendeu milhões de livros sobre a história do Brasil. Por que se dedicar agora ao recorte da escravidão?

Laurentino Gomes – Escrever sobre escravidão é resultado de um aprendizado sobre o Brasil que fui acumulando ao longo da primeira trilogia. É como se fosse um resultado natural e óbvio desse primeiro trabalho. Nos primeiros livros, eu procurei entender e descrever o Brasil em relação à formação de um Estado nacional brasileiro, ou seja, como que o Brasil se organizou do ponto de vista legal, institucional, administrativo, burocrático, desde a chegada da corte ao Rio de Janeiro, em 1808, até a proclamação da República, em 1889. Ali eu consegui ter uma noção bastante precisa sobre as características do Brasil. Mas me dei conta que tinha uma dimensão mais profunda para entender o que chamamos de identidade nacional brasileira, que são as raízes africanas e a escravidão.

A escravidão é o assunto mais importante da história do Brasil: você não consegue entender nenhum acontecimento histórico, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral e a imediata escravização dos índios, passando pelo ciclo do açúcar, do ouro, do diamante, do

tabaco, do algodão, do arroz, do café, ou seja, a construção das cidades históricas, do Barroco mineiro, a marcha em direção ao oeste amazônico, sem estudar a escravidão.

O Sérgio Buarque de Holanda defende uma tese muito curiosa, de que o Brasil não estava preparado para a independência e preferia continuar como Reino Unido de Portugal e Algarves. Mas, nesse período há um sentimento de medo que funciona como um motor do processo de independência, pois a elite brasileira percebeu que o Brasil poderia mergulhar em uma guerra civil republicana, como acontecia na América espanhola.

Nessa hipótese, como o Brasil não tinha forças armadas, os caciques regionais lutariam entre si, e teriam que armar seus escravos. Esses escravos armados, imbuídos de ideias libertárias que sopravam da Europa e EUA, poderiam reivindicar a liberdade, exatamente como ocorreu no Haiti.

Ou seja, o Brasil poderia resultar em uma fragmentação nacional e em meio a uma guerra étnica. Isso fez com que a elite, para preservar seus interesses, se congregasse ao redor do herdeiro da Coroa portuguesa, rompesse o ciclo com Portugal, mas mantivesse a estrutura social vigente.

A independência não acabou com o analfabetismo, com o latifúndio, etc. Cito esse exemplo para mostrar que você não consegue entender o Brasil sem observar a escravidão. A escravidão é um assunto presente no Brasil de hoje.

BBC News Brasil -No primeiro livro você se dedica a oferecer um foco sobre a África. Por que o segundo tem um olhar sobre o Brasil?

Gomes – Existe uma mudança importante de foco geográfico entre os dois livros. O primeiro começa pela África pela razão óbvia que, para estudar escravidão no Brasil, você precisa olhar para a África. Que continente era esse com milhares de línguas, etnias e povos? Como era a própria escravidão na África antes da chegada dos portugueses? As rotas do tráfico islâmico cruzando o deserto do Saara, feiras organizadas, ou seja, qual é a origem desses milhões de seres humanos que foram arrancados de suas raízes, marcados a ferro quente, embarcados em navios negreiros e leiloados em praça pública? Então por isso o primeiro volume tem como cenário a África.

O segundo, que tem como recorte cronológico o século 18 só poderia ter como cenário o Brasil. É o auge do tráfico negreiro no Atlântico, no período de apenas 100 anos, entram no

Brasil dois milhões de pessoas escravizadas, que é um terço do total que veio ao continente americano, que compreende seis milhões de pessoas.

No Brasil do século 18 ocorrem coisas muito importantes. A primeira é que a escravidão se torna algo banal e corriqueiro. Gosto de um exemplo que chegou a tal a ponto que em um museu de Belo Horizonte tem balança de pesar queijo, farinha, boi e uma de pesar gente antes de leilões públicos -o que mostra o quanto a escravidão se tornou algo corriqueiro no Brasil. Pela descoberta do ouro e diamantes veio uma onda, um tsunami negro da África para alimentar esse comércio.

Nesse período, a população brasileira se multiplicou por dez. Há uma corrida de aventureiros, gente de todos os locais do mundo, e o Brasil dobra de tamanho, já que até meados do século 17 o território oficial da América portuguesa estava delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, mas o Tratado de Madri, de 1750, reconhece o tamanho efetivo do Brasil e o país dobra de tamanho.

E, por isso, é o foco do segundo e do terceiro livro, que pretendo lançar no ano que vem.

BBC News Brasil – Como era, de forma geral, a vida dos africanos escravizados no Brasil?

Gomes – Com a corrida do ouro e do diamante e a ocupação do interior do Brasil, houve uma inflação no preço dos africanos escravizados. Então, da mesma forma que houve uma corrida pelas pedras preciosas, houve uma corrida por gente escravizada na África, com os preços disparando. Oitenta por cento de todas as viagens de navios negreiros foram feitas a partir do começo do século 18 até o século 19.

A característica principal da escravidão era a violência. Essas pessoas eram arrancadas de suas raízes africanas, compradas e vendidas em entrepostos, castelos e fortificações que ficavam no litoral da África, marcadas a ferro quente, embarcadas em um porão de um navio negreiro, leiloadas em praça pública em Salvador, Recife e outros portos, e aí seguiam em comboios para as minas de ouro, fazendas e para as cidades.

Ou seja, o principal mecanismo de controle era a violência. O escravo que fugisse era marcado com ferro quente, com a letra F no peito ou sobre o ombro, poderia ter a orelha cortada. Foi discutido na Câmara, em Mariana (MG), a possibilidade de cortar o tendão de Aquiles para quem fugisse mais de uma vez.

Muita gente morreu. O trabalho era horroroso. Na mineração nos leitos dos rios, os escravos passavam doze, 14 horas mergulhados em águas geladas, muitos morriam. Depois que acabou esse tipo de garimpo, eles tinham que se enfiar em buracos na terra para achar os veios de ouro subterrâneo, e como era um espaço muito apertado, muitas crianças eram usadas neste trabalho devido à baixa estatura.

Neste trabalho, muita gente morria por desmoronamento, excesso de peso, doenças pulmonares dos resíduos, poeira e umidade. O trabalho era muito difícil, mas em Minas Gerais também surge a chamada escravidão urbana, ou seja, de serviço, comércio, de fornecimento de alimentos, que mudou a paisagem escravista, dando mais mobilidade aos escravos. (Isso) deu um papel de destaque para as mulheres, favoreceu o desenvolvimento das irmandades religiosas, deu mais chances de alforria, pois o escravo em ambiente urbano poderia fazer trabalhos extras e talvez comprar a própria liberdade, o que vai mudando o escravismo brasileiro, inclusive alguns participaram da construção do barroco mineiro, como escultores, pintores, etc.

BBC News Brasil -Para além desse contexto social, a escravidão também era uma política econômica. Como a economia brasileira se organizava em torno da exploração?

Gomes – A escravidão no século 17 se consolidou como o maior negócio do mundo, envolvendo milhares de pessoas para além das pessoas escravizadas, como compradores e vendedores dos dois lados do Atlântico, a tripulação dos navios, fornecedores de crédito, armadores, fabricantes de mercadorias, de armas, etc, na Europa, na Índia, na América, na própria África.

Isso vira um negócio equivalente hoje à indústria do automóvel ou do petróleo, ou seja, uma coisa gigantesca. Isso valia também para o Brasil. As grandes riquezas, as pessoas mais ricas do Brasil no final do século 18 não eram senhores de engenho, barões do café, já não eram mais os mineradores de ouro e diamante, mas sim eram os traficantes de escravos. A compra e venda de pessoas se tornou o maior negócio do Brasil e do mundo nessa época.

A escravidão se tornou um fato natural da vida, quase que inquestionável nessa época. O abolicionismo só surgiria na Inglaterra e nos EUA no final do século 18. Até então, todo mundo aceitava a escravidão, inclusive negros que, depois de alcançar a alforria, compravam escravos, como o caso mais famoso, a Xica da Silva, que nasceu escrava e se casou com o contratador de diamantes João Fernandes, conquistando a alforria, e se tornou uma grande dama

da sociedade da atual Diamantina. No final da vida, ela era dona de um enorme plantel de escravos.

BBC News Brasil -A religião também aparece como forte fator de controle sobre os cativos. Quão importante foi a participação da Igreja Católica no processo de escravidão dos africanos em solo brasileiro?

Gomes – [O Brasil] era uma colônia carola de sacristia, em que toda a vida social era regida por dias santos, feriados, procissões, missas, vias sacras, e é interessante pois há uma grande contradição. Você tem uma igreja que se compromete a catequizar os negros africanos com a mensagem do evangelho da misericórdia, do amor, do acolhimento, mas essa mesma mensagem é deturpada e usada para justificar a escravidão.

No primeiro volume, eu mostro como as bulas papais, os sermões dos padres jesuítas, tratados filosóficos a partir do século 14 serviram como alicerce para essa ideologia escravista, ao dizer que os africanos eram pessoas inferiores, eram selvagens, praticantes de religiões demoníacas e, portanto, a escravidão era boa para eles.

Há um sermão famoso que diz que os escravos deveriam agradecer Nossa Senhora do Rosário pela oportunidade de vir ao Brasil em um navio negreiro, já que isso era a oportunidade de se incorporar a uma suposta sociedade mais avançada, que era católica e europeia. Tem um historiador americano chamado Donald Ramos que mostra que a igreja foi um importante elemento de controle social dentro do sistema escravista, pois ela dava oportunidade ao escravo de se incorporar dentro dessa atividade social participando de irmandades religiosas das igrejas, participando de procissão, batizando, casando seus filhos, participando de cerimônias fúnebres, etc.

Isso deu ao escravo um status social diferenciado dentro da sociedade portuguesa nos trópicos, embora ele continuasse cativo, então isso era um papel como se fosse uma válvula de escape contra a violência do cativo, do pelourinho e da senzala.

BBC News Brasil – Nas cidades históricas de MG, principal território onde a mão de obra escrava foi utilizada, pouco se fala sobre a escravidão. A história ainda é contada pelo ponto de vista da Igreja e elite financeira. Acha que esse recorte pode mudar no país?

Gomes – Eu acho que sim. Eu fiz um capítulo chamado de o herói invisível, sobre um personagem curiosíssimo, ninguém sabe o nome, quem era, onde nasceu ou onde morreu. O

único registro sobre ele o descreve como um mulato vindo do Paranaguá (PR), onde havia uma mineração mais rudimentar, e teria achado ouro em Minas Gerais.

Ele salvou a glória de Portugal, que estava seriamente abalada no século 18, depois da guerra contra os holandeses e da União Ibérica. Isso muda bastante a narrativa, pois pela historiografia ufanista brasileira esse protagonismo caberia aos bandeirantes, como Fernão Dias Paes Leme, Borba Gato, que entraram pelo sertão, alargaram fronteiras, descobriram ouro, diamantes, etc, portanto uma história branca e do colonizador.

A própria tecnologia de mineração de Minas Gerais aparentemente veio da África e não da Europa. Os portugueses sabiam fazer açúcar, mas não sabiam garimpar ouro e diamante. Quem sabiam era os africanos, que conheciam essas tecnologias muito bem na costa do Ouro ou costa da Mina, nos atuais Togo, Costa do Marfim e Gana. Essa tecnologia de achar ouro veio da África.

O tráfico negreiro não era apenas o comércio de gente na forma de commodity, gente cujo trabalho dependia do vigor físico – havia especializações. Então os africanos que vinham dos atuais Guiné-Bissau e Costa do Marfim sabiam muito bem a pecuária. Os africanos da Nigéria entendiam de metalurgia, os de Gana conheciam a mineração de ouro e assim por diante.

Os escravos que foram para o Maranhão e para a Carolina do Norte, nos EUA, conheciam cultivo de arroz na África e ainda hoje essas regiões produzem arroz.

Isso muda bem a visão da escravização e da própria construção do Brasil. A tecnologia e o conhecimento que permitiu a construção do Brasil e de seus muitos ciclos econômicos era africana.

O preço desses escravos era diferenciado na África de acordo com sua especialização. Os traficantes e seus fornecedores não eram bobos, sabiam da especialização e o preço variava de acordo com o seu conhecimento tecnológico na própria África.

BBC News Brasil – A história e cultura africana sempre foram deixadas em segundo plano, quando não apagadas intencionalmente. Quais as principais contribuições dos escravos para o Brasil atual?

Gomes – São muitas. Os grandes ciclos econômicos dependeram do trabalho braçal dos africanos, mas também do seu conhecimento tecnológico. Os grandes mestres construtores do

Barroco mineiro, da Bahia, Pernambuco, eram negros. Até recentemente, se julgava que o Barroco era uma forma artística e arquitetônica europeia. Sim, claro, a influência é europeia, mas os elementos que estão lá são africanos.

A contribuição dos africanos é enorme não só do ponto de vista econômico, mas na formação do caráter, do comportamento, das crenças religiosas, da culinária, da música, da dança, do jeito de as pessoas se relacionarem umas com as outras, eu diria que a raiz disso é africana.

A escravidão não é um assunto de livro de história ou museu, é uma realidade concreta no século 21. Você vê a escravidão na paisagem brasileira, você vai ao Rio de Janeiro e vê quem mora na zona sul e quem mora nos morros e periferias abandonadas pelo Estado, é uma população majoritariamente descendente de africanos.

A escravidão está nos indicadores sociais até hoje. Há um abismo entre números referentes ao Brasil branco e o Brasil negro, além do racismo, que é como uma ferida que fica abrindo a toda hora, como vemos todos os dias notícias de racismo explícito nas redes sociais, no noticiário, etc.

Então, o legado da escravidão está nesse Brasil ruim que citei, mas está no Brasil bonito, plural, sorridente, generoso, da música, das festas, mas essa África infelizmente a gente despreza.

Uma África que é bonita, diferencia o Brasil do mundo, já que poucos países são tão plurais, heterogêneos e diversos como o Brasil, mas não valorizamos essa África quando temos que dar moradia, renda, estudo. É um dilema que o Brasil vive em relação ao seu passado escravagista.

BBC News Brasil – E por que não discutimos essas heranças?

Gomes – Eu acho que existe um projeto nacional de apagamento da memória. Por que não há um grande museu da escravidão? Não tem um museu como o que [o ex-presidente dos EUA], Barack Obama, inaugurou em Washington, nos EUA, por exemplo.

Esse projeto de apagamento se reflete nos livros de história, livros didáticos, como se a construção do Brasil fosse exclusivamente branca e europeia, e todos os demais agentes fossem autores secundários. Quando você mergulha de fato na história da escravidão, você vê que na realidade essas pessoas escravizadas são protagonistas.

Mas acho que isso está mudando. A história é uma ferramenta de construção de identidade, olhando o passado sabemos quem somos hoje. Essa identidade, no passado, foi imposta pelo Estado brasileiro de cima para baixo, em períodos de ditadura, como a do Estado Novo, como pelos generais, e é uma identidade que vende um Brasil de faz de conta, que teve uma escravidão patriarcal, benévola, que resultou em uma democracia racial e um Brasil pacífico, ordeiro, honesto.

Agora na democracia, que é uma coisa quase que inédita na história brasileira, estamos rediscutindo esses traços da identidade brasileira, entendendo que a imensa maioria deles era puramente mitológica.

Estamos fazendo uma reflexão muito profunda. A curto prazo é assustador o quanto somos diferentes do que imaginamos que éramos, mas a longo prazo é muito bom que isso ocorra, pois teremos uma consciência mais clara a respeito do que é o Brasil e quais as decisões teremos que tomar ao colocar o voto na urna e termos um país melhor que hoje.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496>

TEXTO 4

Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil

No final do século 19, o Brasil tinha 17 milhões de habitantes. Mais da metade era formada por ex-escravos e seus descendentes. Desde 1888, a lei proibia que essas pessoas fossem tratadas como posse. A ideia de que elas fossem inferiores por serem negras, porém, seguia firme – inclusive entre a elite intelectual do País. Sem o apoio das leis para justificar uma hierarquia racial, esses sujeitos lançaram mão de outra arma: a pseudociência racista. Estamos falando da eugenia, nascida na Europa, e que logo se adaptou à realidade canarina. A eugenia brasileira e a Academia conviviam lado a lado: foi entre os professores das primeiras faculdades de medicina, os políticos e os sociólogos que ela cresceu. Boa parte dos nomes desses eugenistas é familiar – eles batizam ruas e avenidas País afora. Esta é a história deles.

O INÍCIO

O termo “eugenia” foi criado por um certo Francis Galton, na década de 1880. O eu vem do grego, e significa “bom”. Genia quer dizer “linhagem”.

Galton era geógrafo, membro da elite britânica e primo de Charles Darwin – que, àquela altura, era o intelectual mais respeitado do planeta. Sua intenção não era exatamente criar uma

“raça superior”, mas uma “sociedade perfeita”. E de perfeita a sociedade londrina da época não tinha nada. Faltavam saneamento e água tratada. Sobravam alcoolismo, doenças contagiosas e pobreza. Galton, então, tentou interpretar o cenário sob o prisma da seleção natural de Darwin.

De acordo com a Teoria da Evolução, pequenas diferenças inatas em indivíduos de uma mesma espécie levam alguns a se adaptar melhor ao ambiente que os demais. Eles, daí, tendem a sobreviver por mais tempo, e a deixar mais filhos. Essas diferenças se propagam por hereditariedade, e se tornam mais comuns na população.

Galton acreditava que a miséria era uma dessas características inatas. E que a fórmula para eliminá-la era simples: bastava que os ricos deixassem mais descendentes que os pobres. Com o tempo, todos os londrinos teriam o que ele chamava de “boa linhagem”. E nunca mais haveria gente pobre, doente, alcoólatra.

A tal “sociedade perfeita” passou a ser sinônimo de uma sociedade menos semita, menos cigana, menos negra.

A eugenia de Galton logo se tornou “base científica” para toda sorte de racistas. A tal “sociedade perfeita” passou a ser sinônimo de uma sociedade menos semita, menos cigana, menos negra.

O Brasil pós-abolição do século 19 era um terreno fértil para os disparates da eugenia. Tinha uma população negra gigantesca e paupérrima. A sociedade também se tornava mais miscigenada – e distante de qualquer ideal eugenista de brancura.

Imbuídos das ideias que cresciam na Europa e nos EUA, brasileiros influentes se mobilizaram em um projeto de construção de uma “raça superior”, ou seja, branca. E a noção de uma seleção artificial que promoveria nascimentos de maior qualidade foi se instalando em universidades, hospitais e até na política.

MADE IN BRAZIL

Na mesma época em que os ideais eugênicos se espalhavam pelo País, também nasciam as primeiras metrópoles. Muita gente concentrada, muita pobreza e muita sujeira eram a combinação perfeita para a proliferação de epidemias. Nasce, então, o movimento sanitário, que buscava resolver os problemas de saúde pública nos centros urbanos.

O sanitarismo em si não era um problema. A divisão entre os que pretendiam higienizar o País e os que queriam “purificar a raça”, porém, era tênue. Vários nomes influentes

participavam simultaneamente dos movimentos sanitaristas e eugenistas. É o caso de Belisário Pena, fundador da Liga Pró-Saneamento do Brasil, e de Artur Neiva, discípulo de Oswaldo Cruz – e defensor do branqueamento da população brasileira.

O branqueamento era pautado pela ideia de que o “sangue branco” se sobrepuja a qualquer outro, até do ponto de vista biológico. Por consequência, os descendentes de negros e brancos ficariam progressivamente mais claros... até se tornarem brancos.

João Batista de Lacerda, médico e diretor do Museu Nacional, era partidário dessa ideia. Em 1911, ele representou o Brasil no Congresso Universal das Raças, em Paris. A programação era um show de horrores: tinha temas como “O destino da raça judaica” e “A posição mundial do negro e do negroide”.

Ao contrário de boa parte dos eugenistas, Batista via a miscigenação como uma estratégia interessante. Ele supunha que a força do “sangue branco” diluiria o “sangue negro”. Batista calculava que, se o embranquecimento fosse estimulado e novos africanos não chegassem ao País, “no espaço de um século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”, escreveu.

As ideias de Batista acabaram abandonadas pelo próprio movimento – até porque não faziam o menor sentido; a mistura que a miscigenação promove não pende para nenhum lado.

A tal hegemonia branca teria de vir de outro jeito. Sílvio Romero, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (e que dá nome a uma grande praça em São Paulo), acreditava que a “solução” era outra: deixar os negros morrerem.

“Pela seleção natural, o tipo branco irá tomando preponderância até mostrarse puro e belo como no Velho Mundo”, escreveu Romero em 1879. “Dois fatos contribuirão largamente para esse resultado: de um lado, a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e, de outro, a imigração europeia.”

Essa “seleção natural” não tinha nada a ver com a de Darwin. Ela se referia à taxa de mortalidade de pessoas negras que, em 1908, ultrapassava o dobro do índice para pessoas brancas. Morriam 25 a cada mil brancos, segundo o Anuário Demógrafo-Sanitário do Rio de Janeiro.

Entre negros, eram 67 a cada mil. Romero e outros eugenistas se entusiasmavam com a ideia de trazer uma população europeia para ocupar o lugar do grupo que estava desaparecendo. A morte de negros e mestiços era tratada como benéfica.

Euclides da Cunha, outro membro da Academia Brasileira de Letras e um dos mais importantes autores da literatura nacional, também tratou de raça e miscigenação sob um olhar eugenista. Em *Os Sertões* (1902), ele associa mestiçagem, degeneração e criminalidade: “O mestiço ... é, quase sempre, um desequilibrado (...), um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem altitude intelectual dos ancestrais superiores”.

Mas era nas faculdades de medicina e psiquiatria que as convicções eugenistas atingiam seu estado mais avançado. Raimundo Nina Rodrigues – que até hoje dá nome ao Instituto Médico Legal (IML) de Salvador e a um hospital em São Luís do Maranhão – foi quem começou a adaptar à realidade brasileira as ideias racistas de teóricos como Cesare Lombroso, criador da teoria do “criminoso nato”. Em *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, Nina Rodrigues descreve o mestiço e o negro como “naturalmente delinquentes”. Com base nisso, ele propôs uma reforma penal que atribuísse penas mais rígidas para africanos e seus descendentes.

Além da psiquiatria, Nina Rodrigues se dedicava ao estudo das culturas e etnias oriundas da África, que ele enxergava como selvagem e intelectualmente subdesenvolvida. Segundo o médico, esse atraso tinha motivo científico: era “produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade”, escreveu em 1932.

Mesmo assim, Nina Rodrigues ainda é considerado um dos primeiros “africanólogos” do País.

OS CLUBES DA EUGENIA

Enquanto Nina Rodrigues liderava o pensamento sobre higiene racial na Bahia, outros Estados fundavam associações para refletir sobre o futuro eugênico no Brasil.

No Rio, o movimento foi endossado por nomes influentes como o médico Miguel Couto, diplomado pela Academia Imperial de Medicina em 1883, membro titular da Academia Nacional de Medicina desde 1886 e seu presidente entre 1914 e 1934.

Nesse período, o médico Renato Ferraz Kehl, que havia atuado no Departamento Nacional de Saúde Pública, organizou uma reunião de médicos em São Paulo para discutir a

eugenia. Ele era um dos maiores extremistas dessa seara – e um dos poucos que, hoje, são abertamente condenados nos livros de história.

Algumas das discussões da reunião se tornaram notórias – em especial, o debate sobre casamento consanguíneo. Se a ideia era estimular pessoas brancas e ricas a procriar entre si até formar uma raça “superior”, não faria sentido incentivar o matrimônio entre primos brancos de primeiro grau, por exemplo? O grupo acabou chegando à conclusão de que o aumento na transmissão de doenças hereditárias não valeria o risco – mas que o debate rolou, rolou.

Surgiu desse encontro a Sociedade Eugênica de São Paulo. Entre seus membros ilustres, estavam Arnaldo Vieira de Carvalho (fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, que dá nome à Avenida Dr. Arnaldo, em São Paulo), Vital Brazil Mineiro da Campanha (fundador do Instituto Butantan, cujo endereço atual é Avenida Vital Brazil, nº 1500), Arthur Neiva (sanitarista e também nome de rua), Franco da Rocha (psiquiatra e nome de cidade), e Monteiro Lobato. O escritor do Sítio do Pica-Pau Amarelo patrocinou as primeiras publicações do movimento, imprimindo ele mesmo os *Annaes de Eugenia*, lançados em 1919.

A Constituição de 1934 determinava que era dever do Estado “estimular a educação eugênica”. E muitos eugenistas ainda são nome de rua.

ASPIRAÇÕES POLÍTICAS

No dia 17 de agosto de 1926, o historiador e deputado federal Alfredo Ellis Júnior colocou em votação um projeto de lei para dificultar a entrada de imigrantes asiáticos e negros no Brasil. Seu projeto ganhou apoio de Oliveira Viana, um influente jurista e imortal da Academia Brasileira de Letras.

Três anos antes, segundo a pesquisadora Lorena Ribeiro Zem El-Dine, da Fio Cruz, Viana tinha apoiado um projeto similar do deputado Fidélis Reis, que proibia a entrada de imigrantes negros, restringia parcialmente a “imigração amarela” e estimulava a imigração europeia em todo o território nacional.

Em 1929, o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia é sediado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pelo Instituto dos Advogados. O evento fazia parte das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina, e foi presidido por Edgard Roquette-Pinto, o homem que inaugurou as transmissões de rádio no Brasil.

Um dos grandes temas ali foi a “educação para promover a consciência eugênica”. O intuito era estimular jovens estudantes a não contrair matrimônio com raças e classes sociais diferentes. O objetivo final era o mesmo de Galton: que os jovens eugenicamente saudáveis, casados entre si, tivessem mais filhos que as “raças degeneradas”, contribuindo para o desenvolvimento de uma nação “perfeita”.

A sessão foi presidida por Levy Carneiro, advogado, escritor e presidente da Associação Brasileira de Educação. Ao todo, participaram 200 profissionais, entre médicos, jornalistas e deputados, além de representantes do Peru, Chile, Paraguai e Argentina.

Renato Kehl ficou eufórico, e inaugurou então a maior publicação eugênica do Brasil: o Boletim da Eugenia, suplemento do jornal médico Medicamenta.

Por três anos, o Boletim publicou textos de brasileiros e atualizou os eugenistas nacionais sobre as ideias de seus colegas estrangeiros – como o alemão Erwin Bauer que, junto com Fritz Lenz e Eugen Fischer, escreveu os dois volumes de Principles of Human Heredity and Racial Hygiene*, uma das influências principais do Mein Kampf, de Adolf Hitler.

Depois do trauma do Holocausto, a eugenia, finalmente, perdeu força na política e na Academia.

Durante o Estado Novo, Renato Kehl conseguiu, junto com Roquette-Pinto, integrar uma comissão no Ministério do Trabalho. Durante toda a década de 1930, os eugenistas influenciaram as políticas públicas de imigração e educação. Evidência disso é a própria Constituição Federal de 1934: o artigo 138 determinava que “estimular a educação eugênica” era dever da União, dos Estados e dos Municípios.

A restrição racial de imigrantes que, até então, era apenas projeto de lei, foi oficializada pelo Decreto nº 7.967 de 1945, assinado por Getúlio Vargas. O texto diz, com todas as letras, que a admissão de imigrantes no Brasil era condicionada “à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”.

Concursos de beleza que elegiam as crianças e adultos com as melhores “qualidades eugênicas” foram promovidos por emissoras populares de rádio, como a Tupi, e apoiados financeiramente pela Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Depois do trauma do Holocausto, a eugenia perdeu força no mundo todo. Aos poucos, as discussões sobre raça ganharam outros contornos. Ainda que as ciências tenham abandonado oficialmente a eugenia, os estereótipos difundidos por seus precursores ainda encontram lugar na sociedade – a exemplo do que disse o vice-presidente Hamilton Mourão, na época candidato: “Gente, deixa eu ir lá, que meus filhos estão me esperando. Olha, meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça”.

Grande nome do movimento eugênico brasileiro, Renato Ferraz Kehl concentra hoje, sozinho, quase todas as críticas ao assombroso affair do Brasil com a eugenia. Nem por isso deixou de receber loas. Em 1968, mais de 20 anos após o fim da 2ª Guerra, foi eleito Membro Emérito da Academia Nacional de Medicina por sua “atividade médica e científica em prol da pátria”.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarcado-deciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil>

TEXTO 5

Mãe preta: o aleitamento no período escravista

Um dos temas mais recorrentes entre os registros dos artistas viajantes que passaram pelo Brasil no século XIX são as diversas funções exercidas pelos escravizados. Entre quitandeiras, barbeiros, lavadeiras e ambulantes, as amas de leite são personagens frequentes na iconografia oitocentista. A prática de delegar a amamentação às mulheres mais pobres foi importada da aristocracia europeia, comum não só no Brasil, mas em quase todas as sociedades escravistas da América.

Uma das teorias raciais que circulavam na época afirmava que o leite da mulher negra era mais forte e abundante (essa tese caiu por terra ao longo do século XX). Por isso, nas fazendas, uma escravizada que tinha acabado de parir era transferida para a casa de seu senhor para amamentar o recém-nascido branco e tomar conta da criança em tempo integral. Seu próprio filho dificilmente tinha acesso ao leite materno e era cuidado por outras escravizadas que o alimentavam com uma papa de mandioca ou com leite animal não pasteurizado, o que contribuía para o grande número de óbitos.

Nas cidades, as chamadas mães pretas não trabalhavam apenas para seus senhores. Quando não havia em suas propriedades uma cativa que tinha acabado de se tornar mãe, as famílias ricas recorriam ao aluguel de escravas lactantes. Essas mulheres trabalhavam como

amas de leite para mais de uma família ao mesmo tempo. Seus filhos, quando proibidos de morar com a mãe, eram vendidos, doados, abandonados na rua ou na Roda dos Expostos.

Depois da abolição da escravidão, mulheres negras grávidas ou que tinham parido recentemente eram muito valorizadas no tráfico interno. A reprodução era estimulada por ser rentável para o mercado de escravos, mas o direito à maternidade para essas mulheres era negado.

Quando não eram alugadas, as puérperas continuavam a trabalhar com seus filhos amarrados ao corpo. Passavam o seio por cima do ombro ou por baixo do braço para que pudessem amamentar sem interromper suas funções.

No final do século XIX, a maternidade passou a ser valorizada pela aristocracia, e o aleitamento materno, incentivado. Ao mesmo tempo, surgiram estudos sobre os riscos da amamentação cruzada (quando uma mulher amamenta o filho de outra). O problema é que esse novo discurso circulou pela sociedade carregado de preconceito já que grupos de médicos responsabilizaram as amas de leite pela transmissão de doenças. Essas mulheres, que antes eram imprescindíveis nas famílias ricas, passaram a ser condenadas e perseguidas.

Hoje, a amamentação ainda é tabu. E esse tipo de prática do século XIX pode ter contribuído para a existência de mitos sobre leite forte ou fraco e a atribuição do aleitamento como atividade exclusiva para pessoas de baixa renda. Vale lembrar que o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde (OMS) contraindicam a amamentação cruzada por conta do risco de transmissão de doenças, mas nada disso tem a ver com a cor da pele ou com a situação social das lactantes. Além disso, no Brasil, o aleitamento materno é recomendado até o bebê completar dois anos de idade.

Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20196/maepreta-o-aleitamento-no-periodo-escravista>

TEXTO 6

Trecho da música: A carne/ Elza Soares

“A carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico. Que vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos. A carne mais barata do mercado é a carne negra, que fez e faz história segurando esse país no braço, meu irmão. ”

TEXTO 7

Uma breve biografia de Elza Soares

Elza Gomes da Conceição, mais conhecida como Elza Soares, nasceu no Rio de Janeiro em 1937. Herdou o sobrenome Soares do primeiro marido, com quem foi obrigada a se casar aos 12 anos de idade. Aos 21 anos já era viúva. Perdeu dois filhos ainda na infância em decorrência das precárias condições em que viviam. Aos 13 anos se apresentou, escondida, pela primeira vez na Rádio Tupi: “Ela surgiu magra, com roupas remendadas por alfinetes e uma sandália da mãe. O visual provocou o deboche por parte do apresentador Ary Barroso que questionou o lugar de onde a garota tinha vindo, ao que ela respondeu: ‘Do planeta fome’. Depois de cantar ‘Lama’, de Alyce Chave e Paulo Marques, a jovem encantou a plateia e o locutor, que declarou: ‘Nesse exato momento, acaba de nascer uma estrela’.” (BOL, 2018). No entanto, a cantora só pode ser dedicar a carreira de artista depois da morte de seu primeiro marido.

Elza teve um romance com o jogador de futebol Garrincha enquanto ele ainda era casado, e foi acusada pela mídia de ter sido responsável pelo fim do casamento do cantor, chegando a ser atacada na rua por isso. Sofreu violência doméstica e teve um relacionamento conturbado com Garrincha, em parte por causa do vício em álcool do jogador, que morreu de cirrose hepática em 1983, um ano depois da separação do casal. Perdeu outro filho, Garrinchinha, fruto de seu relacionamento com o jogador, em 1986, em um acidente de carro, aos 9 anos de idade.

Elza Soares possui 34 álbuns publicados. É ganhadora de dois Grammys Latinos (2003 e 2016) e do Prêmio Multishow de Música Brasileira, também em 2016 com o álbum *A mulher no fim do mundo*. Em 1999 foi eleita a cantora brasileira do milênio pela BBC de Londres.

BOL. Treze curiosidades que você talvez não saiba sobre a cantora Elza Soares, 2018. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/listas/curiosidadesque-talvez-voce-nao-saiba-sobre-a-cantora-elza-soares.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

TEXTO 8

Mulheres Negras e os títulos acadêmicos desde nossa ancestralidade

Das memórias narradas de minhas ancestrais – mulheres negras, o orgulho de tantas vidas que ajudaram a trazer ao mundo, assim como crianças recuperadas em seus leitos de quase morte com ervas e lambedor. Algumas dessas crianças cresceram e tornaram-se doutores/as.

Em defesa da medicina científica, defendem posicionamento contrário ao uso das ervas cujas vidas foram salvas. Pergunto-me: se os chás tivessem origem nos saberes eurocêntricos inventados, passariam ao embate de não ser considerado um notório saber?

Minhas ancestrais negras, algumas parteiras e curandeiras, legaram o propósito de cuidado nas relações e sociabilidades. O cuidado certamente foi uma das qualificações expressas na sabedoria das minhas mais velhas que ganhou sentido na escuta atenta das crianças, no momento da dor e na observação das práticas de cura. Assim como eu, muitas outras mulheres negras aprenderam sobre a cura e o cuidado. Muitas seguiram adiante no ofício certificadas pelo título do compromisso com o bem viver.

Algumas de nós mulheres negras (não tantas) alcançam seus primeiros, segundo ou terceiro títulos acadêmicos. Deixam de ser informantes e fontes primárias e passam à autoridade de fala sobre a pesquisa. Em sua maioria, assumem imediatamente outra titulação: a de primeira mulher negra na família com graduação, mestrado e doutorado, atestado por políticas de cotas e ações afirmativas. Dessa maneira, mais que dedicar os títulos acadêmicos-ancestrais à família, estas primeiras mulheres negras fazem da presença da sabedoria ancestral a qualificação de sua jornada acadêmico-científica. Para quem teve privilégios, o título pode ser excesso. À nossa ciência e saberes afrodescendentes, os títulos ainda são ínfimos.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-e-os-titulosacademicos-desde-nossa-ancestralidade/>

TEXTO 9

A arte negra e o legado da nossa ancestralidade

A cultura afro-brasileira é, sem dúvida, uma mescla da herança e dos costumes que os povos africanos escravizados trouxeram para o Brasil. Falar da arte no Brasil e não citar os nossos ancestrais é um erro gigantesco. Quando você pergunta a alguém sobre a arte da comunidade preta no Brasil, a primeira resposta que vem é o samba e o carnaval.

Sim, o samba é um dos pilares dessa riqueza, mas a nossa arte não se limita a isso. O nosso povo é plural, nossa riqueza está nas artes e na africanidade. Somos herdeiros de um povo que sofreu muito, mas o legado deixado é lindo: mistura de luta, arte e história. No decorrer dos anos nos deparamos com diversos artistas, esquecidos, talvez, por conta do racismo estrutural que está presente na sociedade.

O racismo impossibilitou que um grupo de artistas que participou de exposições como “Negros Pintores” fosse lembrado nos dias atuais. Se faz muito necessária essa pauta dentro das instituições educacionais para que as pessoas conheçam os trabalhos destes artistas. Nomes importantes para a compreensão da história da arte moderna permanecem desconhecidos.

Entre eles, podemos citar Wilson Tibério, um gênio das artes plásticas. De origem simples, o artista era afrodescendente. Ele sofreu no percurso da sua trajetória. Filho de uma costureira, nasceu nos anos 1920, lá em Porto Alegre. Tibério tinha o hábito de ir às favelas cariocas para desenhar, pois ali encontrava inspirações para as suas obras. Sua carreira foi promissora, levando seu nome e talento para Europa, Ásia e África. Era engajado em registrar a cultura e a identidade negra.

O legado da autora de grandes obras de nossa literatura, Carolina Maria de Jesus, é importantíssimo. Ela foi uma das personalidades negras que fizeram a diferença no Brasil. Com uma história de vida difícil, Carolina foi catadora de papel e viveu alguns anos de sua vida na favela do Canindé. Nas horas livres, Carolina escrevia e, no ano de 1941, foi publicado no jornal Folha da Manhã um poema de sua autoria.

Uma das primeiras escritoras negras do país, tem que ser lembrada e enaltecida pelas obras que nos deixou. Nos dias atuais temos grandes nomes que percorrem diferentes aspectos culturais. Quero destacar o talento de um jovem periférico, Maxwell Alexandre, cujo trabalho lindo retrata a vida do povo preto. Muitas de suas obras são feitas através de seu cotidiano, imagens que mostram o dia a dia dentro de uma comunidade.

O artista nasceu no Rio de Janeiro, nos anos 1990, e até hoje trabalha e vive na comunidade da Rocinha. Sua jovem carreira tem reconhecimento internacional e nos deixa muito lisonjeado, pois, suas obras tem o negro como protagonista. Tive a oportunidade de visitar sua exposição e um museu importante em São Paulo. “Pardo é Papel”, na mostra o artista pinta corpos pretos sobre o papel pardo, a “cor” parda foi usada durante muito tempo para velar a negritude no nosso país, o que contribuiu para essa desigualdade social e o racismo que vivemos até os dias de hoje.

Andando pelas ruas em São Paulo, podemos observar o trabalho lindo de outro jovem preto. Robinho Santana é artista visual, pesquisador e músico experimental. Suas obras são reflexivas, homens e mulheres periféricas são retratados em seus painéis. A narrativa positiva pode ser observada em prédios importantes de algumas capitais. O grafiteiro nasceu em

Diadema, no grande ABC. Seu pai era líder sindical, o que fez dele um jovem sempre presente nos protestos e manifestações.

Aqui no Brasil, lá em Minas Gerais, uma das suas obras virou caso de polícia. Após realizar uma pintura em homenagem as mães. Luta e resistência faz parte da sua trajetória. Todavia, a herança africana está presente na nossa cultura. Nossos bens produzidos historicamente devem ser discutidos e sempre mantidos. Somos Arte o tempo todo. Respeitem nossa história.

Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/a-arte-negra-e-o-legado-da-nossaancestralidade/>

TEXTO 10

Ancestralidade, políticas públicas e protagonismo negro

No quarto episódio da série “FavelaPOD Democratizar”, ativistas do movimento negro ajudam a construir uma reflexão sobre o real sentido de datas históricas para a população negra.

Texto por Gabrielle Araujo

Para longe de ser uma data de celebração, o último dia 13 de maio, nos leva a refletir sobre resistência, identidade, políticas públicas e ancestralidade. A data, que é marcada pela abolição da escravidão no Brasil, mostra que após 134 anos desde a assinatura pela Princesa Isabel, a desigualdade social se faz mais presente que nunca. Reflexo da falta de planejamento do setor público, as pessoas negras ainda são a maioria no que compete a falta de acesso a diversos itens básicos de garantia da cidade, como emprego, por exemplo. Dados do IBGE, coletados entre 2019 e 2020, mostram que a população negra é a maioria entre os desempregados do país, com um total de 46%.

Nesse contexto, é importante destacar que diversos coletivos e personalidades do movimento negro atuaram e atuam na redução dos impactos que a desigualdade para a população negra. Além disso, nos ensinam diariamente a quem o protagonismo dos discursos sobre essas histórias deve ser atribuído. Nesse contexto, no quarto episódio da série “FavelaPOD Democratizar”, convidamos Nilza Lima e Maroca, integrantes do coletivo “Potências Periféricas”, do Coque, território localizado na cidade de Recife, capital de Pernambuco, para nos ajudarem a construir o verdadeiro sentido de resgatarmos a história dos

que vieram antes de nós e atuaram na luta de não deixar que o racismo e toda conjuntura social invisibiliza a narrativa de pessoas negras.

Pergunta: Você, juntamente com Mariana, atua com jovens negros e assume um compromisso de politiza-los quanto a ser um corpo político. Qual é o impacto de olhar pro passado e referenciar lideranças que foram importantes para o povo negro para essa moçada que está se conectando agora?

Nilza: O impacto é total: tanto para mim, quanto para quem integra o coletivo. Para além do trabalho que fazemos no Potência Periférica, também tenho um trabalho em meu território de resgate de ancestralidade e passar essa visão de liderança. Ele é com crianças, de 6 a 10 anos, de aulas de tie dye. E foi um público que achei muito afetado com a pandemia, pois eles são bem afetados e dentro de favelas e periferias, tem muitas crianças, sabe? Em uma casa você tem 5, 6 crianças. Eu comecei a desenvolver esse trabalho voluntariamente. Eu olho para trás e vejo Dandara, e me sinto como ela hoje. Pois para eu estar dentro da favela hoje como uma liderança, fazendo um trabalho coletivo, me aquilombando e conscientizando os meus, foi preciso que outras que vieram antes de mim morrerem para isso. É sobre o resgate de memória e fazer jus a isso, a minha ancestralidade. É preciso dar continuidade também, pois não vai parar em mim. É pensar o que eu vou deixar para os próximos e por aí vai. É preciso que possamos começar a contar as nossas histórias por nós mesmos. É o resgate da história através da capoeira, do candomblé e demais coisas que vemos através da nossa ótica.

Pergunta: Para você, de qual forma o poder público, por exemplo, pode atualmente se movimentar e se responsabilizar para reduzir as desigualdades raciais e sociais, além de garantir a cidadania dessas pessoas?

Maroca: Eu acho que a gente não recebeu abolição nenhuma. Acho que até hoje vivemos em um Brasil escravista. A abolição serviu apenas para tirar o poder do latifundiário o poder que eles tinham sobre os negros e se livrar de uma possível indenização que eles teriam que pagar para os negros. Até hoje nós vemos que as pessoas estão amontoadas em lugares onde tem o sub do sub de tudo, como saneamento, saúde, alimentação. Para a existência desse povo existir, é como Nilza falou: é ir se aquilombando e cobrando o poder público – que sabe o dever dele, ele tem como fazer a desigualdade diminuir, mas não querem pois precisam dela para se manterem no topo.

Essa entrevista pode ser acessada na íntegra no FavelaPOD, o podcast do Observatório de Favelas. Nilza e Maroca participaram do quarto episódio da série “FavelaPOD Democratizar”, que irá debater ao longo do ano sobre a democracia que é feita a partir da lida do dia a dia em favelas, quilombos, aldeias e territórios populares desse país imenso e profundamente desigual.

O projeto é uma realização do Observatório de Favelas em parceria com o Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia – IPAD. Ao todo, serão 10 episódios com convidados que atuam em seus territórios para construir uma sociedade cada vez mais democrática em que direitos fundamentais sejam garantidos para todos.

Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/ancestralidade-politicaspublicas-e-protagonismo-negro/>

TEXTO 11

Documentário "Raízes" faz busca pela ancestralidade negra brasileira.

Filme que tem lançamento previsto para 2017 denuncia o apagamento da história dos negros no Brasil

No último dia 20, feriado do Dia da Consciência Negra, foi lançado o Teaser do documentário "Raízes", filme que investiga o passado e a ancestralidade afro-brasileira a partir da história de Kelton, jovem negro e periférico, que busca a raiz de sua árvore genealógica. Com lançamento previsto para 2017, o longa foi idealizado por jovens negros das periferias de São Paulo (SP).

“O "Raízes" nasce de um questionamento de alguns jovens negros sobre o porquê de a gente não conhecer a nossa história. Do porquê, ao conversar com amigos brancos, eles sabem exatamente de onde veio sua família e seu sobrenome, e a gente nunca sabe sobre os negros de nossa família. A gente tem uma sociedade que nega parte da história de nosso país, invisibiliza e esconde a história dos negros e dos povos originários”, diz Simone Nascimento, jornalista e uma das idealizadoras do projeto.

Para Nascimento, o filme surge em um momento de grande reflexão sobre identidade negra e resgate da ancestralidade. “O personagem do filme é Kelton, um jovem real, que escolhemos após uma campanha que procurou jovens negros em busca de suas raízes afro-brasileiras. A partir disso, a gente conheceu vários jovens negros da cidade de São Paulo. E,

apesar de o Kelton estar fazendo uma busca sobre ele, existe também algo que é coletivo, é uma busca coletiva pela história do povo negro”, aponta.

Além de Simone Nascimento, o filme foi idealizado por Carlos de Nicola, Nayara Mendel e Wellington Amorim. O longa-metragem tem incentivo de uma iniciativa do Instituto Criar, a Estácio e o Prêmio Criando Asas, que fomentam e viabilizam projetos que usam o audiovisual como ferramenta de transformação social.

Para conhecer toda a família de Kelton, o filme foi gravado em algumas cidades do interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além do orçamento limitado, a produção independente encontrou dificuldades para contar a história pouco registrada.

"A gente foi em busca da árvore genealógica dele, encontrando barreiras da invisibilidade e do apagamento histórica do povo negro brasileiro. Então, durante o filme, vamos ter dificuldade em encontrar os parentes que o Kelton não conhecia. E essa busca nos fez questionar porque a gente só aprende que é descendente de escravo, mas não conhece mais nada sobre nossos ancestrais", afirma Nascimento.

Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2016/11/23/documentarioraizes-faz-busca-pela-ancestralidade-negra-brasileira>